UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - IREL/UnB

ISABELLA WOLNEY CARNAUBA

NEGÓCIOS DE IMPACTO E DESENVOLVIMENTO: DIFERENTES VISÕES AO REDOR DO MUNDO E O ECOSSISTEMA BRASILEIRO

Brasília

Novembro, 2018

ISABELLA WOLNEY CARNAUBA

NEGÓCIOS DE IMPACTO E DESENVOLVIMENTO: DIFERENTES VISÕES AO REDOR DO MUNDO E O ECOSSISTEMA BRASILEIRO

Monografia submetida à Universidade de Brasília, como item opcional para a obtenção do Grau de Bacharel em Relações Internacionais. Sob a orientação do Professor Rodrigo Pires de Campos.

Brasília, 2018

AGRADECIMENTOS

À minha família, principalmente Andyára, Nenzica e Teresinha, que nunca mediram esforços para que esse dia chegasse. Exemplos de mulheres fortes e guerreiras.

Ao meus amigos e amigas, que cada um a sua forma, contribuíram para quem sou hoje.

Ao movimento CHOICE, por ter me aberto as portas para o universo de negócios de impacto e por ter me apresentado às pessoas que inspiraram minha caminhada até aqui.

À Anprotec e toda sua equipe, por me permitirem direcionar minha carreira para o tema que me motiva.

Ao meu orientador, Rodrigo Pires de Campos, que tornou o processo de construção deste trabalho prazeroso e ressignificou a Universidade para mim.

À pessoa que foi sinônimo de companheirismo, motivação e equilíbrio nesses meses.

Ao Universo e a Deus pelas oportunidades e encontros felizes que me trouxeram até a elaboração deste trabalho.

“O único lugar onde a pobreza deve existir, é nos museus”

Muhammad Yunus

RESUMO

O presente trabalho configura-se como um esforço de explorar a emergência do tema negócios de impacto na agenda internacional de desenvolvimento, identificar sua manifestação no Brasil e no mundo e caracterizá-los como ferramentas possíveis de endereçar o desenvolvimento internacional e a redução de desigualdades. Para alcançar este objetivo serão apresentadas visões sobre o conceito de desenvolvimento, meios para alcançá-lo, quais são e como surgiram os chamados objetivos de desenvolvimento, construindo uma jornada até o surgimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas agendas transversais. Serão identificadas também questões relacionadas à pobreza e a base da pirâmide, focando principalmente nas definições para este termo e suas particularidades. Serão, enfim caracterizados os negócios de impacto, de acordo com diferentes visões ao redor do mundo, identificando atores relevantes, iniciativas e desafios existentes. Por fim, explorar-se-á, de maneira mais particular, o ecossistema brasileiro.

Palavras-chave: Base da pirâmide. Desenvolvimento. Negócios de Impacto de Social/Ambiental. Objetivos de desenvolvimento. Pobreza.

ABSTRACT

This dissertation configures an effort to explore the emergence of the impact business theme on the international development agenda, to identify its manifestation in Brazil and in the world, and to characterize them as possible tools for addressing international development and reducing inequalities. To achieve this goal, will be presented visions about development's concept, means to achieve it, what are and how the so-called development objectives have emerged, building a journey until the emergence of the Sustainable Development Objectives and their transversal agendas. It will also identify issues related to poverty and the base of the pyramid, focusing mainly on the definitions for this term and its particularities. Then, impact business will be characterized according to different visions around the world, identifying relevant actors, initiatives and existing challenges. Finally, the Brazilian ecosystem will be explored in a more particular way.

Key-words: Base of the pyramid. Development. Social Impact Business. Development goals. Poverty.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Objetivos de Desenvolvimento na Ajuda Internacional 15
Figura 2 - Pirâmide Econômica 20
Figura 3 - Taxa global de pobreza e número de pobres, 1990-2015 20
Figura 4 - Desenvolvimento Econômico e Transformação Social 24
Figura 5 - Negócios Inclusivos – PNUD 41
Figura 6 - Atuação da Iniciativa Incluir 43

SUMÁRIO

INTRODUÇÃ15O 9

1. DESENVOLVIMENTO NA AGENDA INTERNACIONAL.....10

1.1 O que é desenvolvimento 10

1.2 Objetivos de Desenvolvimento 12

1.3 Desenvolvimento, pobreza e a base da pirâmide 19

2. NEGÓCIOS DE IMPACTO AO REDOR DO MUNDO.....27

2.1. Contextos e Conceitos 28

2.1.1. A abordagem asiática 29

2.1.2. A abordagem europeia 30

2.1.3. A abordagem latino americana 33

2.2. A presença do tema multilateralmente 34

3. O ECOSSISTEMA BRASILEIRO 38

3.1. Artemisia e os negócios de impacto social 39

3.2. Yunus Brasil e os Negócios Sociais 40

3.3. PNUD e os negócios inclusivos 41

3.4. A Aliança pelos investimentos e negócios de impacto social/ambiental 41

4.CONSIDERAÇÕES FINAIS 47

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 51

INTRODUÇÃO

E se as suas certezas acadêmicas caíssem por terra? E se fosse dito que toda e qualquer pessoa tem a capacidade de transformar economias globais? E se você vivesse dois meses que te transformam e te abrem as portas para questionamentos, conhecimentos e vivências tão intensas que você se sente na responsabilidade de disseminá-los por onde passar?

Espero que suas respostas tenham sido relutantes, que você tenha respondido que nada disto é possível, que você pense em conhecimento - principalmente aquele relacionado ao campo de conhecimento das Relações Internacionais é aquele realista de Maquiavel, ou quem sabe, graças à globalização e outros fenômenos você concorde que: "é, pode ser que Relações Internacionais extrapole os livros, a Economia, História, Direito e teorias consideradas *mainstream.*"

Bom, em caso positivo convido-te a conhecer uma breve história, que é, na sua mais pura forma a razão deste esforço acadêmico ser realizado.

Imagine, você, entrar na Universidade e perceber que boa parte do exposto não fazia os seus olhos brilharem, como era esperado. Passar por um processo de mudança de curso, que muitas vezes pode ser bastante desgastante e ainda sim não sentir que está no lugar certo. Quando isso acontece, você tem algumas opções, dentre elas: procurar uma nova graduação, desistir da graduação como um todo ou procurar novas oportunidades acadêmicas. Imagine que você escolheu esta última opção. Eis que surge um movimento, que te apresenta aos chamados negócios de impacto social e depois de seis meses como embaixadora deste mesmo movimento, você percebe que na verdade, aqueles negócios também endereçam questões relacionadas aos direitos humanos! *Boom*, neste momento toda a sua trajetória muda.

As mudanças são tão relevantes, que você começa a enxergar as Relações Internacionais a partir de uma nova ótica, entende a capacidade de transformação que cada indivíduo pode ter. Você embarca então, para o outro lado do mundo e durante uma experiência de voluntariado na Tailândia, todas as suas concepções são expandidas e você volta para casa com a decisão de orientar seus esforços acadêmicos e profissionais ao tema de empreendedorismo, inovação e negócios sociais. Essa é a minha história.

Descobri que toda e qualquer pessoa pode causar mudanças sociais, por meio de soluções de mercado tão profundas que conseguem mudar o *status quo* global motiva-me a escrever este trabalho.

"Nós somos criadores. Nós criamos o nosso próprio mundo. Mas antes de criarmos nosso mundo, devemos imaginar que tipo de mundo queremos e depois começar a criá-lo." (YUNUS, 2014).

Esta é uma frase de Muhammad Yunus, ganhador do prêmio Nobel da Paz de 2006, que é divulgada no documentário Quem se Importa?[1] Tanto a declaração, quanto o documentário foram catalisadores da motivação última que está por trás da proposta deste trabalho: contribuir para a disseminação do tema de negócios sociais ganhe espaço nas agendas acadêmicas, incentivando pesquisas e empreendedores capazes de transformar realidades.

Portanto, o trabalho que você está prestes a iniciar a leitura, não tem a pretensão de propor novas teorias ou de responder perguntas pré-delimitadas, tão pouco elencar o que é certo ou errado acerca do tema de negócios de impacto social, mas sim, explorar a emergência do tema negócios de impacto na agenda internacional de desenvolvimento, identificar sua manifestação no Brasil e no mundo e caracterizá-los como ferramentas possíveis de endereçar o desenvolvimento internacional e a redução de desigualdades.

Desejo-lhe uma boa leitura e que este tema o apaixone, assim como aconteceu comigo.

1. DESENVOLVIMENTO NA AGENDA INTERNACIONAL

O esforço de produzir um trabalho sobre negócios de impacto social torna-se quase vazio sem que antes sejam discutidas questões relacionadas ao desenvolvimento. Nesse sentido, esta primeira seção será destinada a apresentar algumas teorias sobre o tema.

1.1. O que é desenvolvimento?

Vários são os autores e autoras que postularam sobre desenvolvimento, sob diferentes óticas e contextos, porém neste trabalho, optou-se por utilizar as conceituações de Amartya Sen em sua obra Desenvolvimento como Liberdade (1999).

Vencedor do Prêmio Nobel de 1998, por suas contribuições sobre do capital social, Sen está entre um dos principais expoentes do pensamento acerca do que é desenvolvimento e como este se manifesta na sociedade.

Sen entende que desenvolvimento é liberdade. No sentido bastante amplo da palavra. Como apresentado em Desenvolvimento como Liberdade (1999), desenvolvimento deve

[1] Documentário brasileiro, lançado em 2014 que apresenta a história de 19 empreendedores sociais e como estes estão criando um movimento que vem transformando a vida de milhares de pessoas.

estar ligado, em última instância, a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, mas principalmente, a liberdade de acesso às necessidades básicas - tanto sociais quanto econômicas.

Nesse sentido, Sen diverge de teorias econômicas mais ortodoxas, ao passo que enxerga aspectos como o crescimento do PIB e da renda individual como meios importantes para o alcance do que é realmente considerado como desenvolvimento - um processo de expansão de liberdades que indivíduos desfrutam (SEN, 1999, p. 3) e não como desenvolvimento em si mesmo.

Dessa forma, Sen demonstra como o desenvolvimento depende também de outras variáveis, ampliando, assim, o leque de meios promovedores do processo de desenvolvimento. Dentro desses meios, como já mencionado, o autor vai além daqueles considerados tradicionais de desenvolvimento, como por exemplo, os econômicos, evidenciando que além da industrialização e do progresso tecnológico, as disposições sociais e econômicas, como os serviços de saúde e educação, e os direitos civis - como a liberdade política também são fatores que promovem a liberdade individual, e, consequentemente, o desenvolvimento.

Ou seja, a liberdade a qual Sen refere-se, "envolve processos que permitem liberdade de ação, decisão e oportunidades que as pessoas têm, dada suas circunstâncias pessoais e sociais." (SEN, 1999, p. 17, tradução nossa). De forma objetiva, aquilo que as pessoas conseguem realizar é influenciado por todos os aspectos políticos, sociais e econômicos presentes no ambiente que as circundam.

Amartya Sen atrela também a liberdade a outro fator - as capacidades do indivíduo. Para ele, além da existência de um cenário onde os indivíduos tenham oportunidades de fazer escolhas, devem existir também às capacidades de fazê-las. Nesse sentido, pode-se entender que o desenvolvimento está diretamente ligado à melhoria de vida das pessoas e à ampliação destas capacidades.

Isto é, a agência do ser humano é essencial para que haja liberdade e, consequentemente, desenvolvimento.

Vale destacar que, a abordagem centrada em liberdades, levando em conta qualidade de vida e liberdades substantivas que não apenas renda e riqueza não é nova. Pelo contrário,

> Estas abordagens estão em sintonia com vertentes de análise que têm feito parte da economia profissional desde o início. As conexões aristotélicas são suficientemente

> óbvias (o foco de Aristóteles em "prosperidade" e "capacidades" relacionam-se claramente com a qualidade de vida e com liberdades, como foi discutido por Martha Nussbaum). Existem fortes conexões com a análise de Adam Smith de "necessidades" e condições de vida. (SEN, 1999, p. 24, tradução nossa).

Então, percebe-se que, para Sen, desenvolvimento é liberdade. Entretanto, tais liberdades precisam ser encaradas idealmente como meios e fins ligados ao desenvolvimento, de modo a alcançar um grau de liberdade consolidado que possa vir a ser cada vez mais usufruído pelos indivíduos. Ou seja, a liberdade para buscar diferentes conjuntos de funcionamento (SEN, 1999) que refletem na chamada "liberdade para alcançar", a qual é vista como um valor intrínseco para o bem-estar das pessoas.

1.2. Objetivos de Desenvolvimento

Tendo explorado uma das visões possíveis do que é desenvolvimento, como este pode ser alcançado e suas implicações é necessário que outra discussão seja apresentada: aquela que postula sobre desenvolvimento como uma meta a ser alcançada.

O desenvolvimento seja ele de nações ou de indivíduos figura a Agenda Internacional durante décadas. Dito isto, esta seção tem como objetivo conduzir o leitor ao conhecimento de uma trajetória histórica de como questões relacionadas àquele, tornaram-se objetivos, norteando políticas públicas tanto domésticas quanto internacionais, além de pautar o relacionamento entre nações.

Para entender como se deu este processo, muitas visões e trabalhos foram desenvolvidos. Nesse sentido, escolheu-se para este trabalho o esforço realizado por Poul Engberg-Pedersen e John Degnbol-Martinussen (2003) em os primeiros objetivos do desenvolvimento foram tidos, por assim dizer, como contrapartidas formuladas pelos chamados países membro do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (DAC, na sigla em inglês) da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômica (OCDE). Ou seja, não necessariamente nasceram com a finalidade e caráter que observamos no Sistema Internacional contemporâneo - de orientar países a convergirem para o alcance de determinadas agendas, mas sim, figuravam quase que como contrapartidas para a ajuda internacional.

Historicamente, os objetivos de desenvolvimento ganham forma em meados de 1950, focando no crescimento econômico, "como forma de aumentar a produção e consumo nos países que recebiam" (ENGBERG-PEDERSEN; DEGNBOL-MARTINUSSEN, 2003,

p.25) tais ajudas. Ora, se realizarmos um esforço de memória não será difícil entender o contexto daquela década. Apenas cinco anos após o fim de um dos conflitos mundiais mais devastadores da história, não haviam sido suficientes para que os países tivessem se reerguido e o desenvolvimento econômico e social tivesse sido retomado.

Inicia-se, portanto, um estágio em que os objetivos centrais do desenvolvimento eram aqueles voltados à injeção de capital nos países, a fim de que estes pudessem, a partir daí, recuperar o processo de crescimento. Exemplificam esta lógica, as ideias que sustentavam o Plano Marshall.[2]

Em 1970, compactuando com as ideias de Amartya Sen - já apresentadas neste trabalho, os países responsáveis por fornecer a ajuda internacional e o próprio Banco Mundial, percebem que só o crescimento econômico não é capaz de beneficiar automaticamente os segmentos mais pobres da população (ENGBERG-PEDERSEN; DEGNBOL-MARTINUSSEN, 2003, p.25), o que abre um novo olhar para outros objetivos do desenvolvimento, que passaram a ser formulados especificamente voltados para distribuição social, incluindo a distribuição entre sexos e outras questões.

A década de 80 e a ascensão de governos liberais trouxeram à luz novas preocupações e mudanças, principalmente aquelas destacadas por Engberg-Pedersen e Degnbol-Martinussen (2003), que "envolviam a redução do papel do Estado na economia e a forte dependência nas forças de mercado." (p.27, tradução nossa). A consequência dessas mudanças estruturais, foi o ofuscamento das medidas de redução da pobreza nas agendas dos objetivos de desenvolvimento.

Estes arranjos continuam sólidos até 1990, quando novas preocupações ganham espaço, à exemplo do relatório do Banco Mundial daquele ano que passa a elencar como objetivos da ajuda internacional o (a) crescimento equitativo e com oportunidades para os pobres; (b) melhoria do acesso à educação, serviços de saúde e outros serviços básicos; e (c) assistência direta para os que vivem em piores condições (Engberg-Pedersen e Degnbol-Martinussen, 2003, p. 28, tradução nossa). Paralelamente a estes objetivos surgem preocupações também com o meio ambiente e, um conceito central emerge: o de desenvolvimento sustentável - que será tratado de maneira mais aprofundada no decorrer deste trabalho.

[2] Plano encabeçado pelos Estados Unidos, visando a reconstrução dos países aliados do Europa, nos anos que sucederam o fim da Segunda Guerra Mundial.

Nesta mesma década, além do retorno ao foco de redução da pobreza, uma nova agenda - porém que já vinha despontando desde os anos 70, ganha espaço ainda maior nos objetivos de desenvolvimento, desta vez com pautas muito mais fortes e explícitas: igualdade de gênero. A percepção de que as mulheres representavam uma parcela vulnerável da população e que deveriam ser foco da assistência desenvolvimentista, cai por terra e a percepção que se tem neste momento é a de que as mulheres, na verdade, são peça chave para a o desenvolvimento, tornando-se parte do *mainstream* da economia política e do desenvolvimento social, devendo ser asseguradas acesso a serviços, variedades de ocupação e oportunidades de alcançar posições de poder. (Engberg-Pedersen e Degnbol-Martinussen, 2003, p. 29, tradução nossa).

Deparamo-nos então, com a Guerra Fria e, assim como os demais conflitos mencionados, foi um catalisador para que novos objetivos de desenvolvimento surgissem: respeito aos direitos humanos, democratização e boa governança. O argumento que se fortalece é o de

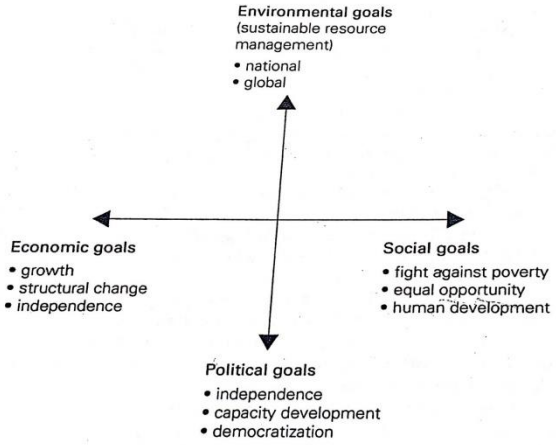
> Uma forma de governo democrática e boas práticas governamentais promovem desenvolvimento econômico, e que o respeito aos direitos humanos são uma parte integrada da redução da pobreza. (Engberg-Pedersen e Degnbol-Martinussen, 2003, p. 30, tradução nossa).

O respeito aos direitos humanos, mais tarde, amplia-se e o foco no desenvolvimento humano ganha relevância principalmente para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Quando isto acontece, novas interpretações sobre desenvolvimento também surgem, por exemplo, o aumento da renda torna-se um meio e não um fim em si mesmo (Engberg-Pedersen e Degnbol-Martinussen, 2003, p. 32, tradução nossa), assemelhando-se, mais uma vez, ao pensamento de Sen (1999).

Segundo Engberg-Pedersen e Degnbol-Martinussen (2003), o criticismo sobre o papel do Estado presenciado na década de 80, fez com que surgissem discussões sobre como a ajuda internacional poderia contribuir para o desenvolvimento do setor privado, nos países em desenvolvimento, fomentando assim tal agenda como mais um nicho dos objetivos de desenvolvimento.

Resumidamente, pode- se entender o panorama histórico (de 1950 a 2000) supracitado, levando em conta os seguintes espectros:

Figura 1 - Objetivos de Desenvolvimento na Ajuda Internacional



Fonte: ENGBERG-PEDERSEN; DENGBOL-MARTINUSSEN (2003, p.36)

Mas, por assim dizer, a trajetória dos objetivos do desenvolvimento não estagna por aí. Em um mundo cada vez mais interdependente e globalizado, novas questões passam a ganhar espaço, como por exemplo, a agenda de segurança - principalmente após os atentados de 11 de Setembro, passam a ser prioridade na agenda. Mais tarde, uma agenda que começa a despontar em meados dos anos 90, eclode e chega até os dias de hoje ainda mais encorpada - a de desenvolvimento sustentável.

Como visto, a partir da década de 90 começa a existir uma revisão crítica de modelos sociais, que contrapõem o desenvolvimento industrial, a geração de poluição e a miséria de boa parte da população. Surge, portanto, enorme ênfase nas questões que diziam respeito ao desenvolvimento, mas principalmente, do desenvolvimento social e econômico, chegando a ocupar o centro das pautas internacionais. Contudo, como já mencionado, ainda pouco se sabia sobre o tema (LINDGREN ALVES, 2001, apud HORBYLON, 2016, p.12).

O termo “desenvolvimento sustentável” surgiu a partir de estudos da Organização das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas, como uma resposta para a humanidade perante a crise social e ambiental pela qual o mundo passava a partir da segunda metade do século XX. No processo preparatório à Conferência das Nações Unidas – também chamada de “Rio 92” foi desenvolvido um relatório que ficou conhecido como “Nosso Futuro Comum”. Tal relatório contém informações colhidas pela comissão ao longo de três anos de pesquisa e análise, destacando as questões sociais, principalmente no que se refere ao uso da terra, sua ocupação, suprimento de água, abrigo e serviços sociais, educativos e sanitários, além de administração do crescimento urbano. Neste relatório está exposta uma das definições mais difundidas do conceito: “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades

do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades". (CMMAD, 1991, p.10).

Nesta temática em particular não se pode perder de vista o destaque feito pelo Relatório Brundtland - O Nosso Futuro Comum - (1991, p. 29) no sentido de que: Há uma só Terra, mas não um só mundo. Todos nós dependemos de uma biosfera para conservarmos nossas vidas. É sob esta ótica que se deve examinar a globalização como um fenômeno social que pretende promover uma integração em escala global, no aspecto econômico, social, cultural e político - relacionando-se com a crítica de Amartya Sen quanto à globalização vista unicamente do prisma econômico, que tende a excluir aqueles demais aspectos.

Concomitantemente, existem os postulados de Jeffrey Sachs em *The age of Sustainable Development*. Para Sachs, desenvolvimento sustentável só pode ser alcançado levando em conta três aspectos: econômico, social e ambiental, ao passo que promoveria o crescimento, socialmente justo e ambientalmente amigável (SACHS, 2015, tradução nossa).

A agenda desenvolvimentista, por sua vez, consolida-se cada vez mais dentro do Sistema Internacional, principalmente graças aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), entretanto foi percorrido um longo caminho até aqui.

No período pós-guerra, os países começaram a preocupar-se com estratégias e ações que pudessem garantir que aspectos econômicos e sociais fossem reconstruídos. Eis que surge então em 1972, os primeiros esforços da comunidade internacional neste sentido, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano. Também conhecida como Conferência de Estocolmo, foi a primeira grande conferência governamental que começou a tratar de alternativas para alcançar o desenvolvimento econômico sem atingir níveis de degradação ambiental, trazendo modelos de desenvolvimento a serem seguidos pelos países.

Vinte anos mais tarde, acontece a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a chamada ECO 92, que consagrou a temática ambiental como central para a política internacional. A conferência trouxe também o conceito de *"desenvolvimento sustentável"* ao centro das discussões. Como resultado dos debates travados durante a conferência, foi produzido o principal documento, a Agenda 21. Esta agenda trazia novos padrões de ação que conciliavam justiça social, proteção ambiental e eficiência econômica, que deveriam ser contemplados pelos países.

Passados mais oito anos, a comunidade internacional adota aquele que viria a ser o principal mecanismo precursor dos ODS: os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

(ODM). Os ODM surgiram da Declaração do Milênio das Nações Unidas de setembro de 2000 e configuravam-se como um esforço para sintetizar todos os acordos internacionais firmados nas diversas cúpulas realizadas durante os anos 90. Configurados por 8 objetivos e 21 metas eram, finalmente, uma série de compromissos concretos, com prazos e indicadores definidos que levariam ao desenvolvimento da humanidade.

Em 2012, acontece a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, também conhecida como Rio+20, em que os países decidem pela adoção de novas metas em substituição aos ODM, ainda mais complexas e abrangentes. Surgem então, em 2015, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a serem alcançados até 2030.

Divididos em 17 objetivos e 169 metas, configurando uma matriz bastante interligada, os ODS, podem ser atualmente considerados como um grande mapeamento dos *gaps* sociais, econômicos e ambientais que a sociedade enfrenta hoje. Entende-se, portanto, que os temas que perpassam tal agenda têm caráter cada vez mais transversal, o que requer soluções igualmente transversais. Tendo isso em mente, a Organização das Nações Unidas têm advogado a fator da chamada tríplice hélice, ou seja, a integração governo-academia-setor produtivo, como a ferramenta ideal para que os 17 objetivos sejam alcançados.

Entretanto, é tremendamente necessário clarificar que os ODS são apenas uma parcela da chamada Agenda 2030, funcionando principalmente como elemento de diagnóstico e insumo para o planejamento de políticas públicas e outras iniciativas que contribuam para atingir o desenvolvimento sustentável.

A Agenda 2030 é, então, um documento assinado em 2015 por 193 países, que configura um comprometimento internacional com a transformação, à medida que

> É um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade. Também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. Reconhecendo que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Todos os países e todos os grupos interessados, atuando em parceria colaborativa, implementarão este plano. Estamos decididos a libertar a raça humana da tirania da pobreza e da privação e a sanar e proteger o nosso planeta. Estamos determinados a tomar medidas ousadas e transformadoras que se necessitam urgentemente para pôr o mundo em um caminho sustentável e resiliente. Ao embarcarmos nessa jornada coletiva, comprometemo-nos a não deixar ninguém para trás. (ONU, TRANSFORMANDO NOSSO MUNDO: A AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2015).

Nesse sentido, é válido destacar o caráter inovador e holístico desta agenda, ao passo que foi construída de maneira participativa, envolvendo diversos atores internacionais e domésticos, além de trazer consigo a preocupação em integrar fatores sociais, políticos e econômicos em um único esforço, diferentemente do que acontecia com os ODM que tinham foco mais social.

Ainda quanto a Agenda 2030, visando o melhor entendimento da sua respectiva relação com negócios de impacto, é crucial que se destaque o aspecto da primazia pelas parcerias. Existe um enorme comprometimento por parte dos signatários do documento e dos órgãos das Nações Unidas - destacando o PNUD - com a busca pela cooperação com diversos setores a fim de garantir que a agenda seja implementada nos níveis internacional, nacional e local, assim como nos diversos âmbitos da sociedade, incluindo governo, indústria, academia e sociedade civil. Tal comprometimento fica evidenciado no próprio documento da seguinte maneira:

> Estamos determinados a mobilizar os meios necessários para implementar esta Agenda por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada, com base no espírito de solidariedade global fortalecida, com ênfase especial nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis e com a participação de todos os países, todas os grupos interessados e todas as pessoas. As interconexões e a natureza integrada dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são de importância crucial para assegurar que o propósito da nova Agenda se concretize. Se realizarmos as nossas ambições em toda a amplitude da Agenda, todos sentirão melhoras sensíveis em suas vidas e nosso mundo será melhor. (ONU, TRANSFORMANDO NOSSO MUNDO: A AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2015, p.1).

Por fim, entende-se que o esforço aqui realizado, de se traçar um panorama histórico dos objetivos de desenvolvimento, não esgota todos os arranjos possíveis, mas consegue elencar de maneira sistêmica, como questões relacionadas ao desenvolvimento tornaram-se bastante transversais ao longo dos anos e abrem novas possibilidades de análise, principalmente para a proposta neste trabalho.

1.3. Desenvolvimento, pobreza e base da pirâmide

Antes de realizar qualquer esforço crítico sobre desenvolvimento na chamada base da pirâmide, é necessário que se visite o próprio conceito de "base da pirâmide", que é por si mesmo, um tanto amplo e dá espaço para diferentes formas de atuação.

Acredita-se que o termo foi usado pela primeira vez em 1932, em um dos discursos do, à época, presidente dos Estados Unidos, Franklin D. Roosevelt, no qual se referia uma parte esquecida da população da seguinte forma:

> Esses tempos infelizes exigem a construção de planos que repousem sobre os esquecidos, os desorganizados, mas indispensáveis unidades de poder econômico, para planos como os de 1917, construídos de baixo para cima e não de cima para baixo, que colocam sua fé mais uma vez no homem esquecido no fundo da pirâmide econômica. (Roosevelt, 1932, apud SUBHAN; KHATTAK, 2017, p. 1, tradução nossa).

Ou seja, pode-se, então, entender a chamada base da pirâmide, BOP (na sigla em inglês) como um conceito de divisão de mundo em uma pirâmide econômica, onde indivíduos considerados privilegiados estão no topo e os considerados pobres na base. Nesse contexto, um novo olhar surge e novas abordagens ganham espaço. Dentre os diversos estudos já produzidos sobre esta parcela da população, destacam-se os postulados de Coimbatore Krishnarao Prahalad, ou como é mais conhecido C. K. Prahalad.

Prahalad é um dos expoentes quando se trata de base da pirâmide, pobreza e oportunidades econômicas e sociais que existem nessa parcela populacional. Mesmo depois de mais de uma década que seu principal trabalho foi lançado, suas ideias continuam sendo referência para a academia, e como veremos, para a indústria e negócios.

Nascido na Índia, Prahalad tem um olhar bastante singular para a pobreza e para a base da pirâmide *per se*. Para ele, "se pararmos de pensar nos pobres como as vítimas ou o fardo e começar a reconhecê-los como empreendedores resilientes e criativos e consumidores conscientes, um novo mundo de oportunidades se abrirá." (PRAHALAD, 2005, p.1, tradução nossa).

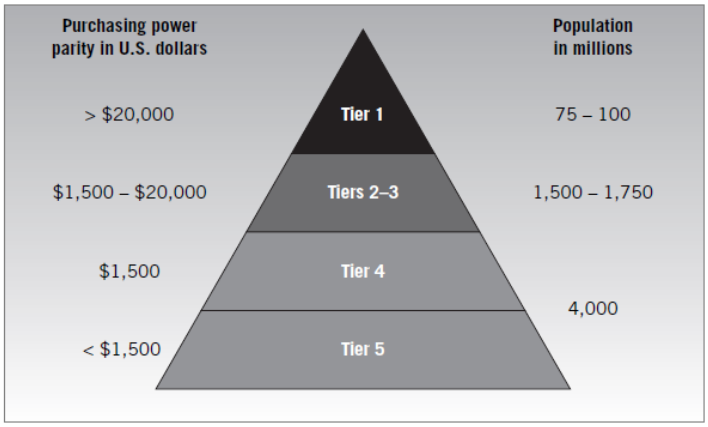
Essa premissa será o que orientará o surgimento de um novo tipo de negócio que será tratado neste trabalho.

Mas, então, quem são estes chamados pobres? Arrisco a dizer que, de maneira geral, são uma enorme parcela da população que, de acordo com um olhar "Seniano", vivem à

margem de escolhas e privadas de necessidades básicas, configurando-se a base da pirâmide econômica que orienta o mercado e a economia.

Entretanto, é possível dizer que a expressão “base da pirâmide” não possui uma definição consensual. Para Prahalad, tal expressão é uma captura da distribuição de riqueza e da capacidade de gerar riqueza no mundo. No topo, estão os ricos - aqueles com inúmeras oportunidades para gerar altos níveis de renda, e na base estão mais de quatro bilhões de pessoas, que vivem com menos de US$ 2 por dia, considerando o poder paridade de compra (PPP) - os, portanto, pobres, como aponta a figura abaixo.

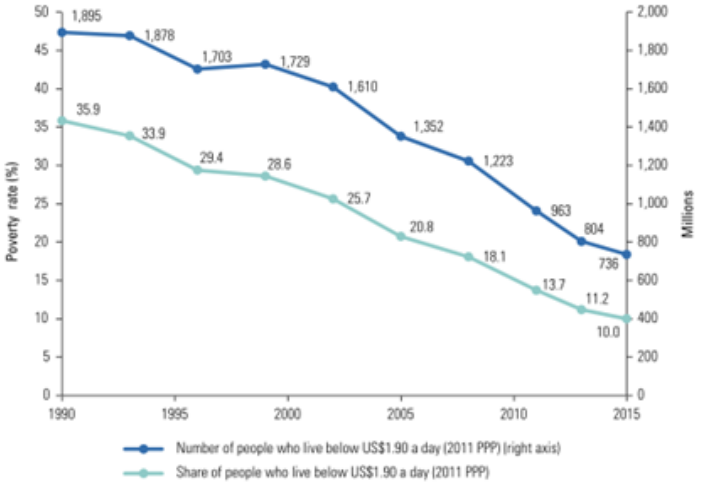
Figura 2 - Pirâmide Econômica



Fonte: PRAHALAD (2005,p. 4)

Esta categorização assemelha-se ao que apresenta o Banco Mundial. Segundo o relatório *“Piecing together the poverty puzzle”* (2018), existe a chamada a linha internacional de pobreza (ILP, na sigla em inglês), em que os indivíduos considerados pobres são que aqueles que, também baseado na paridade poder de compra, vivem com menos de US$ 1,90 por dia. Embora, Prahalad aponte um número de aproximadamente quatro bilhões de pessoas em situação de pobreza, o que aponta o relatório em questão é que este número tem diminuído com o passar dos anos, onde em 2015 havia 736 milhões de pessoas vivendo abaixo da ILP.

Figura 3 - Taxa global de pobreza e número de pobres, 1990-2015



Fonte: BANCO MUNDIAL (2018)

A figura acima não só ilustra tal declínio, mas também traz reflexões sobre como, de fato, está constituída a chamada base da pirâmide hoje. Percebeu-se, portanto, que a base da pirâmide é heterogênea não só entre países diferentes, mas dentro de um mesmo país. Por exemplo, segundo o International Business Times (2010)

> O segmento superior é composto por pessoas de renda mais alta, com a máxima acessibilidade para comprar mercadorias. O segmento intermediário da população mais alta consiste em pessoas que ganham entre US$ 2 e US$ 8 por dia e possuem a capacidade de fornecer bens essenciais. Enquanto o segmento inferior é o realmente pobre com menos de US $2 de renda e são, portanto, considerados como a verdadeira base da pirâmide por muitos pesquisadores. (INTERNATIONAL BUSINESS TIMES, 2010, apud SUBHAN; KHATTAK, 2017, p. 3).

Mesmo com tais divergências e segmentações, existe uma convicção que guia todos os atores envolvidos com as análises sobre pobreza e base da pirâmide: existe uma gigantesca parcela da população mundial, que ultrapassa a casa de milhões, vivendo com uma renda ínfima.

Entretanto, a ideia de que não há nenhum tipo de riqueza na base da pirâmide é equivocada. Tal premissa é central para o argumento principal apresentado por Prahalad

(2005) de que existe nesta parcela menos privilegiada da população, um universo consumidor com potencial de girar a roda da economia e promover desenvolvimento.

Frentes econômicas mais ortodoxas desde sempre postulam sobre como desenvolvimento e crescimento econômico caminham lado a lado, sendo um o motor para o outro. Nesse sentido, torna-se quase que óbvia a importância e relevância que uma parcela populacional tão ampla como aquela que se encontra na base da pirâmide, seja incluída como uma das engrenagens deste motor.

Segundo Prahalad "certamente, o poder de compra daqueles que ganham menos de US$2 por dia não pode ser comparável com o poder de compra dos indivíduos nos países desenvolvidos. No entanto, em virtude de seus números, os pobres representam um significativo poder de compra latente que deve ser desbloqueado." (PRAHALAD, 2005, p.10, tradução nossa). Ou seja, a base da pirâmide constitui um mercado consumidor altamente atrativo.

Antes de seguirmos para reflexões futuras, é necessário aprofundar-se um pouco mais em outras características da base da pirâmide que não só o poder de compra. Como apresentam Fasiha Subhan e Amira Khattak (2017), diversos outros fatores sociais, culturais e políticas que constituem aquela parcela populacional, portanto, propõem os seguintes aspectos:

a) ***População de um pouco menos de 4 bilhões***, revalidando o argumento inicialmente apresentado de que não se sabe ao certo o tamanho real desta parcela, fator que pode ser justificado também a volatilidade da renda destes indivíduos e também aos diversos conceitos formulados por diversos atores;

b) ***Um mercado em que a renda varia entre US$2 e US$6 dólares***, mais uma vez endossando as diversas interpretações que podem existir e sobre as diferenças de renda existentes dentro da própria base;

c) ***Pode ser uma captura de qualquer região geográfica***, trazendo à luz algo que não foi tratado neste trabalho ainda, mas que levanta um aspecto importante de que a pobreza não é encontrada apenas em países em desenvolvimento, além do variar dentro de um mesmo país;

d) ***Possui acesso a conhecimentos básicos,*** levando em consideração o fato de que essa parcela vive principalmente em zonas rurais e favelas, não possuindo acesso à educação, e quando em caso positivo os níveis são básicos.

e) ***Disposta a comprar produtos e serviços inovadores***, que melhorem a qualidade de vida, levando em consideração que a base da pirâmide é uma parcela da população, que ao contrário do que muitos pensam, orientada para marcas e que se atenta para inovações e tecnologias que possam transformar produtos e serviços não é só financeiramente mais acessíveis, mas que possam resolver problemas de suas realidades;

f) ***Comunicam-se e transitam tanto por economias formais quanto informais,*** o que evidencia uma realidade em que a maioria dos países em desenvolvimento administra seus negócios e transação de maneira informal, tendo como uma das suas principais razões o fracasso de instituições em fornecer recursos que possam reverter esta situação; e

g) ***Disposta a usar tecnologias inovadoras,*** fator que se relaciona com o item "e" anterior.

Percebe-se, então, que a base da pirâmide, representa uma fração consumidora, dentro da pirâmide econômica que é exponencialmente multidimensional. A multidimensionalidade é que a torna consumidores relevantes. Prahalad (2005) constrói, então, grande parte de seu argumento em volta desta premissa e desenha um, por assim dizer, *call to action* direcionado ao setor privado, para este passe a reconhecer a base da pirâmide não mais como à margem, mas como consumidores capazes de alimentar um novo mercado.

Além das questões mercadológicas aqui apresentadas, que colocam o setor privado em papel notável no relacionamento com a base da pirâmide, contribuindo diretamente para o desenvolvimento - em termos econômicos, existe ainda uma importante forma de atuação, que agora não foca apenas nos ganhos para aquele setor, mas para a própria camada de pobreza.

"Quando os pobres da base da pirâmide são tratados como consumidores, eles podem colher os benefícios do respeito, escolha e autoestima e ter a oportunidade de sair da armadilha da pobreza." (PRAHALAD, 2005, p.99, tradução nossa). Ou seja, nota-se um forte protagonismo do setor privado endereçando a redução da pobreza, através não só da criação de mercados na base da pirâmide, mas do empoderamento desta parcela da população.

Nesta relação, percebe-se uma tendência relativamente recente, chamada de *triple win* - um modelo no qual o empreendimento tem condições de ser rentável, o consumidor da base da pirâmide tem acesso a produtos e serviços e a sociedade como um todo ganha, em um processo de inclusão social (BARKI, IZZO, TORRES, AGUIAR, 2013, p. 21).

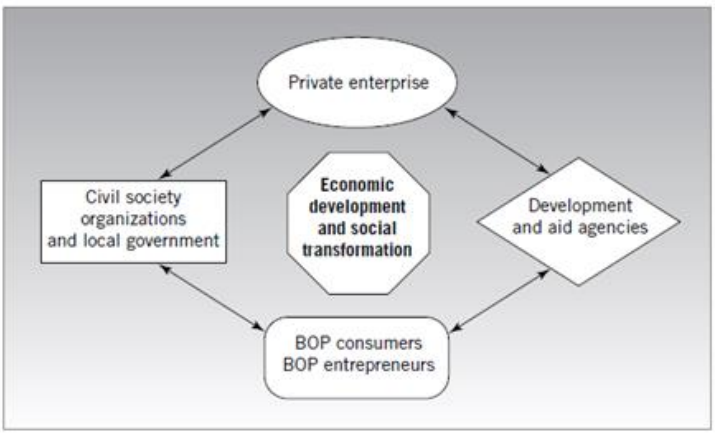
Entretanto, é necessário que outros fatores sejam abordados para que a ideia de redução de pobreza seja de fato entendida como uma questão de desenvolvimento que é responsabilidade também do setor privado e de empreendedores. Se pensarmos no que é postulado por Amartya Sen (1999) e anteriormente apresentado neste trabalho, desenvolvimento está diretamente atrelado à escolhas e à liberdade de acesso à necessidades básicas. Ora, a partir do momento em que empresas passam a produzir e comercializar produtos para a base da pirâmide - e que atendam suas demandas específicas, isso cria mais do que um mercado, cria escolhas.

É necessário ainda, perceber que outros fatores devem ser levados em consideração. Por exemplo, é inegável o fato de que a base da pirâmide encara problemas complexos, como educação, saúde e segurança que, estarão acima do seu desejo e capacidade de consumir. Nesse sentido, é preciso que existam soluções co-criadas entre diversos atores, endossando que

> As oportunidades na base da pirâmide não poderão ser desbloqueadas se empresas grandes e pequenas, governos, sociedade civil, organizações, agências de desenvolvimento e os próprios pobres não trabalhem em conjunto em uma agenda compartilhada. (PRAHALAD, 2005, p. 2, tradução nossa).

Ou seja, surge um novo framework, ilustrado pelo esquema abaixo, baseado no empreendedorismo, capaz de endereçar problemas complexos que envolvem a redução da pobreza.

Figura 4 - Desenvolvimento Econômico e Transformação Social



Fonte: PRAHALAD (2005, p.2)

Retomando o que foi discutido nesta seção, percebe-se a existência de um *roll* de discussão acerca não só do conceito de "base da pirâmide", mas também sobre quais podem ser as reais ferramentas capazes de promover o desenvolvimento econômico e social, ou só desenvolvimento, como defenderia Amartya Sen (1999).

No presente trabalho, optou-se por dar ênfase no papel do segundo setor e do empreendedorismo exercendo o papel das ferramentas supracitadas, onde, conforme já apresentado, a base da pirâmide deixa de ser sentenciada - por vezes, através de um olhar colonizador, como coadjuvante no motor do crescimento econômico, apenas recebendo ajudas de países desenvolvidos - conforme já apresentado, para assumir um papel protagonista e ser vista como uma parcela da sociedade que compõe e alimenta um mercado enorme e inexplorado.

Faz-se necessário, contudo, esclarecer que os estudos sobre este tema não surgiram unicamente com C.K Prahalad. Conforme afirmam outros autores "a ideia de que a população de baixa renda pode ser considerada um mercado importante para as empresas e que os pobres poderiam ser vistos como consumidores não é nova." (BARKI, IZZO, TORRES, 2013, p. 23).

Tem-se registro de que desde a década de 1940, já existiam diversos autores que dedicaram atenção ao tema, por exemplo, Converse e Spencer (1942, apud BARKI, IZZO, TORRES, 2013, p. 24), que se dispuseram a analisar o motivo da população da base da pirâmide dos Estados Unidos, pagava mais que a população rica por um mesmo produto. Trabalhos como este evidenciam questões que mais para frente seriam primordiais para definir postulados acerca do mercado que se encontra na base da pirâmide.

Nas quatro décadas subsequentes, foi rara a discussão a respeito dos pobres como consumidores (BARKI, IZZO, TORRES, 2013, p.24). Apenas em meados da década de 1990, que o interesse pelo assunto emerge novamente, porém ainda concentrado nos pobres norte-americanos, foi apenas por volta de 1998 que a questão ampliou-se em diversos aspectos. Percebe-se que o que aconteceu foi que "muitos autores, de países distintos, se juntaram ao debate, o que fez com que ele se tornasse uma discussão global, com uma orientação estratégica que visava à criação de oportunidades de venda lucrativa de bens e serviços para os pobres e, simultaneamente, à melhoria do bem-estar social deles." (BARKI, IZZO, TORRES, 2013, p. 24).

Neste período, C.K. Prahalad e Stuart L. Hart, passam a fazer parte dos autores que se propunham a discutir o tema. Em 2005, Prahalad tem seu trabalho mais famoso - o mesmo já referenciado diversas vezes ao longo desta seção, apresentando o potencial da população de

baixa renda, ainda não vislumbrado pelas empresas multinacionais. Prahalad, em outro esforço acadêmico, que aquele potencial poderia elevar milhões de pessoas para fora da pobreza, afastando a decadência social, o caos político, o terrorismo, os problemas ambientais que certamente continuarão caso a distância entre países ricos e países pobres continuem a aumentar (PRAHALAD, 2002, tradução nossa).

Justifica-se neste momento, a escolha feita neste trabalho. Embora existam diversos outros autores com potencial a ser explorado, os postulados de C. K. estão alinhados com um dos objetivos deste trabalho: apresentar como soluções de mercado podem endereçar problemas complexos existentes nas realidades das populações que estão nas bases das pirâmides globais.

Após este esforço contextual, proponho que duas interpretações são possíveis. A primeira delas bebe diretamente da fonte dos postulados de Amartya Sen (1999), enquanto a outra se aproxima do que defende Prahalad, mas ambas fazem coro a novos olhares para questões de desenvolvimento e a base da pirâmide.

Aquela remonta a ideia de que a partir do momento em que a base da pirâmide torna-se foco de empresas como consumidores, os pobres dão outro passo em suas realidades, tendo em vista que começam a ter escolhas - deixando de serem reféns de pequenas lojas e que praticam preços altos, para consumir produtos e serviços de novos *players* no mercado. Atrelada a estas escolhas, surge a chamada agência defendida por Amartya Sen (1999), que por sua vez, é fortemente pautada na liberdade, e se onde há liberdade, há desenvolvimento, ora, não seria esse novo arranjo proposto por Prahalad (2005), um novo caminho para a promoção do desenvolvimento?

Esta outra percebe que o proposto por C.K. Prahalad (2005) configura um jogo de duplo ganho, visto que, a partir do momento em que o motor do crescimento econômico é ativado, os pobres têm a chance de alcançar uma vida melhor, o que é algo crítico para assegurar estabilidade e saúde da economia global e para dar continuidade ao sucesso de organizações multinacionais.

Por fim, é importante ressaltar que, existem várias críticas a proposta de se entender a base da pirâmide apenas como consumidora, como defende Aneel Karnani (2005), que propõe que os pobres devem ser considerados também como produtores e parte da cadeia de valor. Entretanto, esta possibilidade será vista à frente neste trabalho.

2. NEGÓCIOS DE IMPACTO AO REDOR DO MUNDO

Até aqui tentou-se realizar uma contextualização que pudesse pautar a discussão que será aprofundada em seguida. Foram apresentadas as motivações para que este trabalho fosse realizado e em sequência, um olhar ímpar para questões relacionadas ao desenvolvimento, pobreza e distribuição de riqueza global.

Estas discussões trouxeram para superfície realidades e questionamentos que servirão de base para o surgimento dos chamados negócios de impacto. Como já mencionado, países desenvolvidos exerceram, historicamente, um papel protagonista no que diz respeito do desenvolvimento, fosse ele entendido como estritamente econômico, ou social. Estes países eram responsáveis por assistir outros a alcançarem os mais diferentes objetivos e, por muitas vezes, esta ajuda vinha em forma de barganha, o que por muito tempo colocou os pobres em uma posição de dependência e problemas complexos enfrentados por eles, fossem deixados de lado, pois as prioridades dos chamados *DAC countries* (ver seção 2) limitavam-se significativamente as questões econômicas.

Esta realidade, porém, vêm sendo visivelmente transformada e tal lógica colocada à prova. Passa-se também a se questionar a lógica do sistema econômico e comercial - englobando tanto empresas usuais, quanto o aparato público e organizações do terceiro setor. Conforme apresenta Prahalad,

> Por mais de 50 anos, o Banco Mundial, nações doadoras, várias agências de ajuda, governos nacionais e, ultimamente, a sociedade civil organizações lutaram contra, mas não erradicaram pobreza. A adoção dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) pelas as Nações Unidas apenas ressaltam essa realidade; conforme entramos no 21 século, a pobreza - e a privação de direitos que a acompanha - continua a ser um dos problemas mais assustadores do mundo. (PRAHALAD, 2005, p. 3, tradução nossa)

Ou seja, embora novos atores e não só Estados tenham ganhado espaço e responsabilidades na luta contra a pobreza e todas as demais questões que a envolvem, encontra-se atualmente um sistema que ainda não é capaz de endereçar todas. Embora o cenário internacional demonstre novos arranjos de interdependência e uma enorme preocupação em definir objetivos que direcionam todos aqueles atores a convergirem, ainda há muito a ser feito e outros atores a entrarem no ringue.

Chama-se a atenção, neste momento, para o termo pobreza. Conforme já previamente explorado, duas abordagens são possíveis quando se trata do entendimento deste conceito. A primeira delas pauta-se em termos econômicos - principalmente com a renda e a segunda com tem caráter multidimensional, englobando liberdades e outros aspectos.

É possível entender, portanto, que pobreza é tanto a econômica, quanto a social, a cultural e a política. Considera-se essa ampliação de conceitos como essencial para que se comece a pensar em políticas e programas que possam ter resultados positivos no combate à pobreza.

É, então, diante dessa nova abordagem e da insuficiência do já existente, que emergem os chamados negócios de impacto, os quais geram valor social aos pobres ao mesmo tempo em que geram valor econômico para o próprio negócio (COMINI, 2011).

Seguimos então para uma nova etapa deste trabalho, que constituirá um esforço tremendamente relevante de caracterização do ecossistema que foi construído ao redor dos negócios de impacto.

2.1. Contextos e Conceitos

Diante de todo o exposto, faz-se clara a percepção de que não é mais sustentável - em todos os sentidos da palavra, que o mundo continue replicando os padrões de relações entre ricos e pobres, de trocas comerciais e de diversos outros padrões que reforçam as desigualdades sociais. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - já mencionados neste trabalho, são, por assim dizer, um caminho proposto internacionalmente para que tal ruptura aconteça.

Entretanto, como enfatiza Naigeborin (2010, p.01, apud HORBYLON, 2016, p.26) "para construir uma sociedade verdadeiramente desenvolvida, é necessário criar modelos capazes de beneficiar mais pessoas, garantindo a todas elas a oportunidade de ter acesso a uma vida digna e sustentável".

Quando se fala de novos modelos para endereçar tais questões, é comum que a ideia de Organizações Sem Fins Lucrativos (ONGs)[3], que assim como argumenta Muhammad Yunus (2007), têm papel fundamental no atendimento às necessidades da sociedade, principalmente nas áreas que o governo não consegue alcançar. No entanto, elas possuem uma

[3] Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) são entidades que não têm fins lucrativos e realizam diversos tipos de ações solidárias para públicos específicos, de direito privado e embora não estatal, ou seja: apesar de não pertencer ao Estado, oferta serviços sociais, geralmente de caráter assistencial. (SEBRAE, 2018).

fraqueza que limita seu trabalho: o fato de dependerem financeiramente de fluxos constantes de doações de indivíduos, organizações ou agências governamentais.

Entretanto, esta dependência pode significar também insuficiência e configurar certas limitações. Por exemplo, em países em que as necessidades sociais são maiores, como Bangladesh, os recursos disponíveis são escassos (YUNUS, 2007). Ora, sabe-se que quando os recursos são escassos, os projetos são obrigados a parar e os problemas continuam, então, sem muitas soluções.

É diante deste cenário, que emergem os chamados Negócios de Impacto, que são modelos que englobam dois objetivos que tendiam a ser incompatíveis: a sustentabilidade financeira e a geração de valor social. (COMINI, 2011). O termo "negócios de impacto", que foi o escolhido como conceito principal a ser usado neste trabalho, é fruto de um movimento que envolve diversos atores e que, definiram que essa seria uma das nomenclaturas possíveis. Contudo, existem outros movimentos espalhados globalmente que conceituam este tipo de negócio por óticas diferentes.

Provavelmente, esta variedade de nomenclaturas, conceitos e visões deve-se ao fato de ser um mecanismo de mercado novo e que, durante muito tempo, foi percebido com certo olhar duvidoso. Dito isto, serão apresentadas aqui três abordagens visão caracterizar a dimensão que este movimento tem tomado em escala global, sendo elas a europeia, asiática e a latino americana.

2.1.1. A abordagem asiática

A primeira diferenciação que deve ser feita, diz respeito exatamente à nomenclatura. Na Ásia, negócios que buscam conciliar a solução de problemas sociais e sustentabilidade financeira são chamados de "negócios sociais".

É quase que impossível, falar sobre o ecossistema de negócios de impacto na Ásia, sem mencionar o maior responsável por disseminar esse conceito internacionalmente. Anteriormente citado, Muhammad Yunus, ganhador do Prêmio Nobel da Paz de 2006 e considerado o pai do microcrédito foi o responsável por criar o primeiro negócio social do mundo - o Grameen Bank.[4]

Nesse cenário, Yunus defende que Negócios Sociais são:

[4] Fundado em 1983, em Bangladesh, foi o primeiro banco de microcrédito do mundo. Hoje já concedeu mais de US $ 24 bilhões para mais de nove milhões de pessoa, em sua maioria mulheres.

> São empresas que têm a única missão de solucionar um problema social, são autossustentáveis financeiramente e não distribuem dividendos. Como uma ONG, tem uma missão social, mas como um negócio tradicional, geram receitas suficientes para cobrir seus custos. É uma empresa na qual o investidor recupera seu investimento inicial, mas o lucro gerado é reinvestido na própria empresa para ampliação do impacto social. O sucesso do negócio não é medido pelo total de lucro gerado em um determinado período, mas sim pelo impacto criado para as pessoas ou para o meio ambiente. (YUNUS NEGÓCIOS SOCIAIS, 2018).

Dentro dessa ótica, os assim chamados negócios sociais podem ser divididos em duas vertentes, segundo Yunus (2007, apud COMINI, BARKI, AGUIAR, 2012, p.390, tradução nossa):

a) A primeira pertence às empresas que se concentram em oferecer um benefício social, em vez de maximizar os lucros para os proprietários, e pertencem a investidores que objetivam benefícios sociais, como redução da pobreza, saúde para os pobres, justiça social, sustentabilidade global, e buscam satisfações psicológicas, emocionais e espirituais, em vez de recompensa financeira.
b) A segunda, aquelas que operam de forma bastante diferente: maximizando os lucros das empresas pertencentes a pobres ou desfavorecidos. Nesse caso, o benefício social é derivado do fato de que os dividendos produzidos pela empresa irão beneficiar os pobres, ajudando-os a reduzir sua pobreza ou mesmo dela escapar completamente.

Vale, por fim, destacar que, na abordagem asiática existe um posicionamento muito forte com relação a não distribuição de dividendos[5], sendo estes destinados ao reinvestimento no próprio negócio.

2.1.2. A abordagem europeia

Uma primeira visão, que teve origem na Europa, apresenta uma perspectiva mais voltada a negócios que buscam a inclusão de populações desfavorecidas, é o que afirmam COMINI, BARKI, AGUIAR (2012, apud BARKI, IZZO, TORRES, 2013, p. 43). O termo, portanto, mais utilizado é o de “empresa social”, sendo este um modelo cada vez mais reconhecido em países europeus.

Segundo Young (2009),

[5] Partes do lucro de uma empresa, que são distribuídos entre os seus acionistas.

> A motivação inicial para a criação de empresas sociais na Europa foi a oferta de serviços, que estavam na esfera do setor público, a custos mais baixos, bem como a geração de oportunidades de emprego para as populações desempregadas ou marginalizadas. (apud BARKI, IZZO, 2013, p.43)

Ou seja, arrisco dizer que o modelo europeu, aproxima-se significativamente, em termos objetivos, do que propõe Prahalad e seus postulados já previamente apresentados, no sentido da busca pela inclusão e para construção de um mercado que está na base da pirâmide.

No ecossistema de empresas sociais europeu, tem tido destaque a atuação da Comissão Europeia (CE)[6] que não só tem proposto um visão melhor definida do que são empresa sociais e suas respectivas atuações, mas também trabalhando efetivamente para que o tema faça parte da agenda da União Europeia.

Para a Comissão Europeia, uma empresa social é:

> Uma operadora da economia social cujo objetivo principal é ter um impacto social em vez de gerar lucro para seus proprietários ou acionistas. Opera fornecendo bens e serviços para o mercado de uma forma empreendedora e inovadora e usa seus lucros principalmente para alcançar objetivos sociais. Ele é gerenciado de forma aberta e responsável e, em particular, envolve funcionários, consumidores e partes interessadas afetadas por suas atividades comerciais. (COMISSÃO EUROPEIA, 2018).

Percebe-se com esta definição, uma contribuição significativa para o ecossistema. Aspectos relacionados à governança dessas empresas são trazidos à luz, ressaltando a importância de que todos aqueles envolvidos na operação devem ser levados em consideração. Acredito que esta preocupação contribui para algo tremendamente importante quando se trata de problemas sociais, que afetam em grande parte da população da base a pirâmide, que é o efeito colonizador de iniciativas que propõem a atuar neste nicho. De nada vale oferecer produtos e serviços para uma parcela da população, configurando um novo mercado, sem antes entender se aquela solução é realmente quista e necessária para tal.

Comini, Barki e Aguiar (2012, apud BARKI, IZZO, TORRES, p. 44), sintetizam bem este pensamento quando afirmam que "a abordagem acadêmica predominante na Europa destaca a importância da participação dos beneficiários na tomada de decisões, bem como o

[6] Instituição politicamente independente e que representa e defende os interesses da União Europeia na sua globalidade.

reinvestimento dos lucros dentro da organização, para aumentar o crescimento e impacto social".

A Comissão Europeia, por sua vez, estendeu ainda mais sua atuação no tema em 2011, quando criou a Iniciativa de Negócios Sociais (SBI, na sigla em inglês). A SBI visa introduzir um plano de ação de curto prazo para apoiar o desenvolvimento de empresas sociais, os principais interessados na economia social e inovação social. Também visa estimular um debate sobre os caminhos a serem explorados a médio/longo prazo.

A criação da SBI marcou uma nova era das empresas sociais na Europa, configurando-se como um esforço que envolve múltiplos atores, além de propor ações e respaldo regulamentar. Todas estas ações são essenciais para que empresas sociais possam aumentar sua capacidade de atuação, e, consequentemente seus impactos.

Embora não tenha sido previamente citado, existe outra perspectiva que circula pelo universo de empresas - a norte americana. Como a discussão europeia nos conduziu um olhar semelhante, será tomado um espaço neste momento para apresentar mais uma perspectiva que marca o ecossistema global de negócios de impacto.

Nessa abordagem, as empresas podem assumir diversos formatos, podendo ser desde uma unidade de negócio inserida em uma empresa tradicional, como também uma ONG que decidiu atuar ativamente no mercado (COMINI, 2011).

Desse modo, na abordagem norte americana, Young (2009, apud HORBYLON, 2016) expõe as seguintes possibilidades para negócios sociais:

a) ***Filantropia corporativa:*** organização com fins lucrativos que dedica parte dos seus recursos para programas sociais, como parte da sua estratégia competitiva;
b) ***Empresa com fim social:*** organização com uma missão social, que opera no mercado de maneira a realizar sua missão de forma mais eficaz;
c) ***Híbrido:*** organização com duplo objetivo, de ganhar dinheiro para seus *stakeholders* e endereçar objetivos sociais definidos;
d) ***Projeto de geração de recursos:*** atividade voltada exclusivamente para gerar receita para a organização;
e) ***Projeto de finalidade social:*** atividade de uma organização destinada exclusivamente a endereçar uma missão social ou objetivos sociais ou selecionados; e
f) ***Projeto híbrido:*** atividade de uma organização direcionada tanto para produção de receita quanto para contribuir para a missão ou objetivos sociais da organização.

Nota-se, portanto, que existem duas vertentes predominantes: uma focando em um cenário empresarial e a outra focando nos empreendedores sociais. Essa visão assemelha-se ao que defende Prahalad (2005), ao passo que ressignifica o papel das multinacionais e incentiva a adoção de novos modelos de negócios para atender um novo mercado consumidor, "atendendo uma demanda bem diferente daquela que tradicionalmente as grandes corporações focavam" (COMINI, 2011, p. 11).

2.1.3 A abordagem latino americana

De modo geral, na América Latina, com exceção do Brasil - que será abordado em uma seção separada neste trabalho, existe a predominância do termo "negócios inclusivos".

Segundo a Aliança para os Negócios Inclusivos[7], é possível compreender essa modalidade de negócios como são iniciativas de negócios economicamente rentável, ambiental e socialmente responsável, que sob uma lógica de benefícios mútuos contribuem para melhorar a qualidade de vida das comunidades de baixa renda, através da participação na cadeia de valor de um negócio. Essa participação pode acontecer das seguintes maneiras:

a) Como prestadores de serviços e/ou de matéria prima;
b) Como distribuidores de bens e/ou serviços;
c) Como consumidores ao terem acesso a serviços básicos ou produtos de qualidade que atendem suas necessidades essenciais a um custo menor.

Além da Aliança, outra organização formada em 2001, a Social Enterprise Knowledge (SEKN), define negócios inclusivos como organizações ou empresas que geram a mudança social por meio de atividades de mercado. (SEKN apud COMINI, BARKI E AGUIAR, 2012)

Essa definição reforça uma tendência no ecossistema, em que há uma abertura mais ampla para as configurações das organizações que poderiam ser entendidas como negócios inclusivos, visto que inclui ONGs e organizações sem fins lucrativos ou privadas.

Por fim, a SEKN traz também para o cenário uma nova visão em que empreendedores locais - ou seja, a própria população da base da pirâmide, sejam protagonistas no contexto de negócios inclusivos.

[7] Organização formada por empresas que fazem parte do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD, sigla em inglês) com o objetivo reduzir a pobreza através de iniciativas comercialmente viável, pelo setor privado. (NEGOCIOS INCLUSIVOS, CREANDO VALOR EN AMERICA LATINA, 2010.)

2.2. A presença do tema multilateralmente

Se tentarmos sintetizar as perspectivas mundiais mencionadas na seção anterior, é possível, portanto, reconhecer uma perspectiva européia que emerge de um lugar na economia social (formada majoritariamente por associações e cooperativas) que por sua vez, enfatiza o papel da sociedade civil. Do outro lado, A perspectiva norte-americana concebe negócios sociais principalmente como organizações privadas que utilizam uma lógica de mercado para endereçar problemas sociais. Um terceiro olhar, que caracteriza a perspectiva da América Latina, foca em iniciativas voltadas à redução da pobreza e à transformação de condições sociais para os indivíduos marginalizados ou excluídos.

Contudo, o universo dos negócios de impacto, ou sociais, ou inclusivos - podendo ser adotado o termo de acordo com a perspectiva que mais faça sentido para o contexto em que se é usada, desde que tenha em mente a ideia de negócios que conciliam sustentabilidade financeira e impacto social positivo, vai muito além de perspectivas e nomenclaturas acadêmicas. Percebe-se, de fato, um movimento global que tem envolvido diversos atores, em diversos lugares de globo e fomentando um novo tipo de cooperação internacional para o desenvolvimento.

Em 2016, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Grupo Banco Mundial, provam a relevância do tema para um dos grupos de países mais relevantes no cenário internacional, o G20.

Um relatório produzido pelos dois para a Cúpula de 2016 do G20 configurou um importante passo para que o tema fosse não só compreendido a nível internacional, mas também tornou conhecida a Plataforma Global do G20 sobre Negócios Inclusivos (IBG20), que tem como objetivo apoiar os responsáveis políticos e acelerar a adoção de políticas e programas de negócios inclusivos[8]. Suas principais atividades, até o momento, incluíram pesquisas sobre políticas públicas, estudos de casos de países, pesquisas junto às empresas e oficinas para atores e gestores públicos.

O fato de configurar-se como uma ferramenta que orienta, principalmente, a adoção de políticas e programas, como mencionado, traz consigo uma enorme relevância para que os negócios de impacto ganhem respaldo, mas principalmente, força e apoio para que saiam do campo das ideias e sejam, de fato, empreendidos.

Diante desse esforço, fica claro o protagonismo do tema para o Sistema Internacional, ao passo que leva em consideração diversos aspectos, mas em destaque o papel central que

[8] O G20 adota o termo “negócios inclusivos” em toda sua atuação perante o tema.

estes negócios têm em uma agenda que já se concretizou como prioritária para os países: o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O G20 entende como negócios inclusivos aqueles que "oferecem em seu core business, bens, serviços e sustento de maneira comercialmente viável, em escala ou escalável, para as pessoas que vivem na base da pirâmide econômica, tornando-as parte da cadeia de valor das empresas como fornecedores, distribuidores, revendedores ou clientes." (G20, 2016).

Este entendimento amplo, levando em conta diversas formas de atuação - seja oferecendo serviços ou incluindo a base da pirâmide em sua cadeia valor, potencializa a forma substancial e multidimensional que os negócios de impacto têm de contribuir para o desenvolvimento sustentável. Segundo o relatório,

> Os negócios inclusivos podem ter um papel significativo na implementação da Agenda 2030, através da redução da pobreza, da diminuição das desigualdades e da contribuição para o crescimento econômico sustentável. Consoante seus posicionamentos específicos, os negócios inclusivos podem ainda contribuir de outras formas para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). (G20, 2016).

Essa contribuição, por sua vez, não deveria ser tida como surpresa, visto que a Agenda 2030 convoca explicitamente todo o meio empresarial, desde as microempresas às multinacionais, a aplicar a criatividade de inovação que nelas se concentram na resolução de desafios ao desenvolvimento sustentável. Entretanto, os negócios inclusivos dão um passo a mais do que geralmente entende-se como contribuições do setor privado para o desenvolvimento - a geração de empregos, contratação e formação de indivíduos, e aumento da receita governamental através da arrecadação de impostos.

Endossa o relatório,

> Os negócios inclusivos criam oportunidades de trabalho e de sustento decentes para homens e mulheres da base da pirâmide econômica, e/ou tornam-lhes possível o acesso a bens e serviços de qualidade a preços econômicos, inclusive através da integração dessas pessoas nas cadeias de valor empresariais. (G20, 2016).

Os negócios de impacto já estão transformando significativamente diferentes agendas presentes nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e seus respectivos

objetivos e metas, por exemplo, “alavancando o potencial de 2,5 bilhões de pequenos agricultores de baixa renda e suas famílias, que produzem cerca de 70% dos alimentos consumidos mundialmente em 60% das terras aráveis do planeta.” (G20, 2016).

O trabalho realizado pelo G20 ainda vai além, realizando um importante esforço de identificar desafios existentes e propondo formas de atuação que fortaleçam o ecossistema, configurando um *call to action* para diversos países.

No que diz respeito aos desafios, foram identificados quatro grandes obstáculos para a atuação na base da pirâmide e que merecem ser destacados neste trabalho, visto que são essenciais para que se entenda o atual estado da arte de negócios de impacto globalmente. Destacam-se os seguintes (G20, 2016):

a) ***Regulamentação:*** levando em consideração a falta de um aparato legal e jurídico que apoie, ou pelo menos não configure grandes entraves para a atuação na base da pirâmide;

b) ***Financiamento:*** visto que a falta de financiamento e subsídios financeiros figura como obstáculo tanto para o desenvolvimento dos negócios, quanto para o acesso da própria base da pirâmide aos bens e serviços;

c) ***Informação:*** levando em consideração que faltam pesquisas e dados que possam orientar de diferentes atores envolvidos na base da pirâmide; e

d) ***Qualificação:*** constatando algo que já fora mencionado nos primeiros debates deste trabalho, que é a baixa ou nenhuma formação da base pirâmide, configurando um entrave para que esta faça parte da cadeia de valor dos negócios.

Assim sendo, nota-se que a cooperação entre os países pode configurar uma resposta importante para estes desafios. A troca de experiências de atuação e recomendações compartilhadas são essenciais para que programas e políticas possam ser criados e adotados, visando a mitigação desses desafios e, consequentemente, o fortalecimento dos negócios de impacto.

Nesse sentido, algumas propostas são feitas, onde destaca-se que

> As políticas governamentais de apoio aos negócios inclusivos vão desde planos nacionais de desenvolvimento abrangentes a programas setoriais específicos. Tais políticas requerem a participação de um amplo leque de órgãos governamentais e o envolvimento direto do setor privado, e não se restringem meramente a criar um ambiente de negócios favorável: se concentram em facilitar, intermediar e fomentar as relações concretas entre os negócios e a base da pirâmide econômica. Ajudar os

> negócios inclusivos a satisfazerem suas necessidades de financiamento é um elemento central de qualquer iniciativa governamental ou reforma de política pública nesse âmbito. (G20, 2016).

Procurando destrinchar o mencionado acima, temos como principal foco de ação para os países, a necessidade de que haja o desenvolvimento de uma abordagem política integrada, a existência de um defensor da pauta dentro do governo - podendo ser desde um indivíduo influente até uma equipe ou agência específica, a formulação de políticas globais e envolvimento de diferentes atores relevantes (G20, 2016).

Nesse sentido, diversas iniciativas vêm acontecendo globalmente. Destacando-se alguns:

a) ***O caso japonês***, em que o governo japonês encoraja as empresas nacionais a desenvolverem iniciativas de negócios inclusivos no exterior. O Ministério das Relações Exteriores do Japão está implementando, através da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), a iniciativa "Estudos preparatórios para a promoção de negócios envolvendo a BoP." No âmbito desse programa, a JICA concede financiamentos a empresas japonesas para realizarem estudos de viabilidade para o desenvolvimento de modelos de negócios inclusivos, o planejamento de projetos e a concepção de ideias de colaboração com projetos da JICA em países em desenvolvimento.

   O Ministério da Economia, Comércio e Indústria do Japão também está ajudando as empresas japonesas a desenvolverem seus negócios inclusivos, através da Organização do Comércio Exterior do Japão (JETRO) e seu "Programa de apoio aos negócios inclusivos." Os apoios proporcionados por essa iniciativa incluem, entre outros: assessoria sobre planos de negócios em fase inicial, identificação de parceiros potenciais e facilitação de reuniões empresariais. (G20, 2016)

b) ***O caso turco***, no qual em 2010 foi lançado o Mecanismo de Garantia da Grande Anatólia, através de uma parceria entre a Turquia, a Comissão Europeia e quatro bancos turcos que tem como objetivo facilitar o acesso de micro, pequenas e médias empresas a financiamento nas regiões menos desenvolvidas do país. (G20, 2016)

c) ***O caso americano***, onde novas formas jurídicas foram introduzidas para promover os negócios sociais, incluindo a de empresa de utilidade pública

> (public benefit corporation, ou B Corp), destinada a organizações com fins lucrativos criadas especificamente para lidar com problemas sociais e ambientais. Por definição, uma B Corp busca conjugar os interesses financeiros dos acionistas, o bem-estar dos grupos materialmente afetados pela atuação da empresa e o(s) benefício(s) público(s) especificado(s) em seus estatutos. (G20, 2016).

Além do apresentado pelo G20, é válido ressaltar também a formação do chamado Global Steering Group for Impact Investment (GSG), uma organização independente que procura catalisar investimentos de impacto[9] e empreendedorismo para beneficiar as pessoas e o planeta.

Estabelecido em 2015, o GSG conta hoje com a participação de 21 países - dentre eles o Brasil, e alguns membros da União Europeia, o grupo tem realizado um importante trabalho tanto na disseminação do tema, na produção de recomendações e na conexão entre atores globais relevantes no tema, a fim de contribuir para o crescimento e consolidação do campo.

Portanto, fica claro que o movimento de negócios de impacto tem sido cada vez mais fortalecido e vem rompendo fronteiras, a fim de construir uma nova agenda global tanto econômica quanto social, política e cultural.

3. O ECOSSISTEMA BRASILEIRO

Dezesseis milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza. Cinco por cento da população recebe, por mês, o mesmo que os demais 95% juntos. Mulheres ganham, em média, sessenta e seis por cento do que homens, com a mesma escolaridade. Seis de cada dez jovens de 15 a 19 anos não concluem o ensino médio. Oitenta por cento da população depende do Sistema Único de Saúde. (OXFAM Brasil, 2018).

Os dados acima fazem parte do trabalho “A distância que nos une”, da Oxfam Brasil[10] e retratam uma dura realidade brasileira, em que a lista de desigualdades poderia ser estendida por muitas outras páginas. Se fosse o caso de tratar cada uma das questões apresentadas acima de forma separada, mais complexo e multifacetado seria este trabalho.

---

[9] Investimentos que buscam resultado socioambiental mensurável, além de retorno financeiro. Ou seja, podem abranger não somente atividades de cunho específico sobre **questões socioambientais**, mas também projetos de empresas, fundações, institutos e governos buscando conciliar resultado econômico com a possibilidade de gerar impacto social positivo quantificável. (INSPER METRICS, 2018).

[10] Confederação global que tem como objetivo combater a pobreza, as desigualdades e as injustiças em todo o mundo, atuando em 94 países.

Este é o país de dimensões continentais, chamado Brasil. Este retrato breve, por si só, desperta diversas reflexões sobre o país e como tais problemas podem ser solucionados. Nesse sentido, assim como foi percebido por diversos outros países, o Brasil também tem compreendido os negócios de impacto como uma das ferramentas exponenciais para prover estas soluções.

Nesse sentido, a presente seção terá como objetivo apresentar o cenário dos negócios de impacto no Brasil. Em um primeiro momento tratando das diversas interpretações e movimentos existentes e, em seguida serão analisadas iniciativas encabeçadas por atores relevantes que têm exercido papel importante na adoção da agenda. Assim, espera-se que a narrativa contribua para a disseminação do conhecimento sobre o tema no Brasil.

No Brasil, diversas nomenclaturas e formatos de negócios de impacto ganharam espaço nos últimos anos. Algumas organizações destacam-se nesse sentido: Artemisia, Yunus Negócios Sociais, a Aliança pelos Investimentos e Negócios de Impacto e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

3.1. Artemisia e os negócios de impacto social

A Artemisia é uma organização pioneira, que ainda em 2004 fundou-se no Brasil e vem, até hoje, exercendo papel importante na disseminação e fomento de negócios de impacto social no país. Ao longo de sua atuação a Artemisia consolidou-se como referência no tema, apoiando empreendedores e outras iniciativas, produzindo conhecimento e ferramentas para que o campo de negócios de impacto emergisse.

Nesse sentido, ao longo de sua atuação, a Artemisia adotou como definição para esse tipo de negócios o termo “Negócios de Impacto Social”, que são

> Modelos que buscam desenvolver soluções de mercado que possam contribuir para superar alguns dos grandes problemas sociais e ambientais enfrentados no mundo. Em que o lucro não é um fim em si mesmo, mas um meio para gerar soluções que ajudem a reduzir a pobreza, a desigualdade social e a degradação ambiental. (ARTEMISIA, 2010)

Além de propor uma definição que engloba uma forma de negócios mais abrangente, a Artemisia também destaca um campo, que assim como já vem sendo falado, envolve diversos atores, desde empreendedores e lideranças sociais, passando por executivos e investidores, até empreendedores de uma nova geração. (ARTEMISIA, 2010).

Em soma a estas definições, a Artemisia realizou um trabalho importante no sentido de esclarecer questões relacionadas o que seria impacto social. Ora, se pensarmos em um Brasil como o apresentado no início desta seção, diversos podem ser o entendimento de impacto social, podendo ser negativo ou positivo. Nesse sentido, a organização propôs cinco dimensões que tem guiado a atuação daqueles atores no que diz respeito a negócios de impacto, sendo elas (ARTEMISIA, 2017):

a) ***A redução dos custos de transação***, onde negócios podem oferecer produtos e serviços que diminuam ou eliminem barreiras de acesso a bens e serviços essenciais;
b) ***A redução das condições de vulnerabilidade***, em que negócios podem oferecer produtos que facilitem a proteção de bens conquistados e a antecipação ou prevenção de riscos futuros, como seguros de vida, saúde, trabalho e assistência funeral;
c) ***A ampliação das possibilidades do aumento de renda***, que negócios podem atuar no aumento das oportunidades de emprego estável ou na melhoria das condições de trabalho do microempreendedor;
d) ***A promoção de oportunidades de desenvolvimento***, onde negócios podem promover oportunidades para que pessoas de baixa renda fortaleçam seu capital humano e social e;
e) ***O fortalecimento da cidadania e dos direitos humanos***, onde negócios podem contribuir para o fortalecimento da cidadania por meio de produtos e serviços essenciais para uma qualidade de vida digna.

3.2. Yunus Brasil e os Negócios Sociais

A Yunus Negócios Sociais Brasil faz parte da empresa global Yunus Social Business Global Initiatives e tem como objetivo desenvolver negócios sociais pelo país através de seu fundo de investimentos e aceleradora para negócios sociais. A Yunus Brasil, por se tratar de um braço da organização global de Muhammad Yunus - expoente já mencionado ao longo deste trabalho - adota o termo “negócios sociais” e os entende como

> Empresas que têm a única missão de solucionar um problema social, são autossustentáveis financeiramente e não distribuem dividendos. Como uma ONG, tem uma missão social, mas como um negócio tradicional, geram receitas suficientes para cobrir seus custos. É uma empresa na qual o investidor recupera seu investimento inicial, mas o lucro gerado é reinvestido na própria empresa para ampliação do impacto social. O sucesso do negócio não é medido pelo total de lucro

> gerado em um determinado período, mas sim pelo impacto criado para as pessoas ou para o meio ambiente. (YUNUS NEGÓCIOS SOCIAIS, 2018).

Logo, percebe-se aí uma vertente de atuação que leva em conta questões envolvidas a distribuição de dividendos e, assim como as demais, também tem seu respectivo espaço nas discussões no Brasil.

3.3. PNUD e os negócios inclusivos

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), como visto em seções anteriores, tem exercido liderança na adoção da agenda de negócios de impacto e no Brasil, existe grande destaque nesse sentido. A organização, por sua vez, utiliza o termo "negócio inclusivos", que são entendidos como

> Modelos de negócios capazes de desenvolver capacidades para que as pessoas de menor renda possam produzir bens e serviços que o mercado demanda; criar valor compartilhado e expandir conexões entre o desenvolvimento econômico e social e reconectar retorno financeiro com o benefício social. (PNUD, 2018).

O esquema abaixo sintetiza bem o pensamento:

Figura 5 - Negócios Inclusivos – PNUD

Fonte: Iniciativa Incluir, 2018.

O PNUD, por outro lado, traz de forma mais evidente, a inclusão da base da pirâmide, da criação de valor compartilhado e da expansão da conexão entre desenvolvimento econômico e social.

3.4. A Aliança pelos investimentos e negócios de impacto social/ambiental

Finalmente, chega-se o termo escolhido para ser usado durante todo este trabalho. "Negócios de Impacto" é usado pela Aliança Pelos Investimentos e Negócios de Impacto, como simplificação da expressão "Negócios de Impacto Social/Ambiental/".

A Aliança, é uma iniciativa criada para identificar, conectar e apoiar organizações e temas estratégicos para o fortalecimento do campo de Investimentos e Negócios de Impacto no Brasil. A Aliança, entende que os "Negócios de Impacto surgem como uma forma de intervenção socioeconômica, que integra os diferentes atores impactados ou impactantes, na busca por inovação, transformação social e desempenho financeiro" (ALIANÇA PELOS INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS DE IMPACTO, CARTA DE PRINCÍPIOS, 2015, p.4)

Nesse sentido, a organização entende os chamados Negócios de Impacto como "empreendimentos que têm a missão explícita de gerar impacto socioambiental ao mesmo tempo em que produzem resultado financeiro positivo de forma sustentável." (ALIANÇA PELOS INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS DE IMPACTO, CARTA DE PRINCÍPIOS, 2015, p.5). Ou seja, o fato de entenderem esses negócios como empreendimentos, novos formatos são possíveis, por exemplo, pode-se entender como um negócio de impacto desde associações, fundações e cooperativas até empresas.

Essa amplitude proposta pela Aliança, e a - agora de forma explícita, preocupação com questões ambientais, fez com que este termo fosse escolhido para este trabalho, pois acredita-se que quanto mais amplo seja esse entendimento, menos entraves e obstáculos serão encontrados para que o campo de negócios de impacto cresça.

A Aliança teve papel importante, dentre os diversos trabalhos e recomendações feitos a diferentes atores como bancos, grandes empresas e academia, que foi a definição de princípios que pode, por assim dizer, reger a atuação dos negócios de impacto. Sendo eles (ALIANÇAS PELOS INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS DE IMPACTO, 2018):

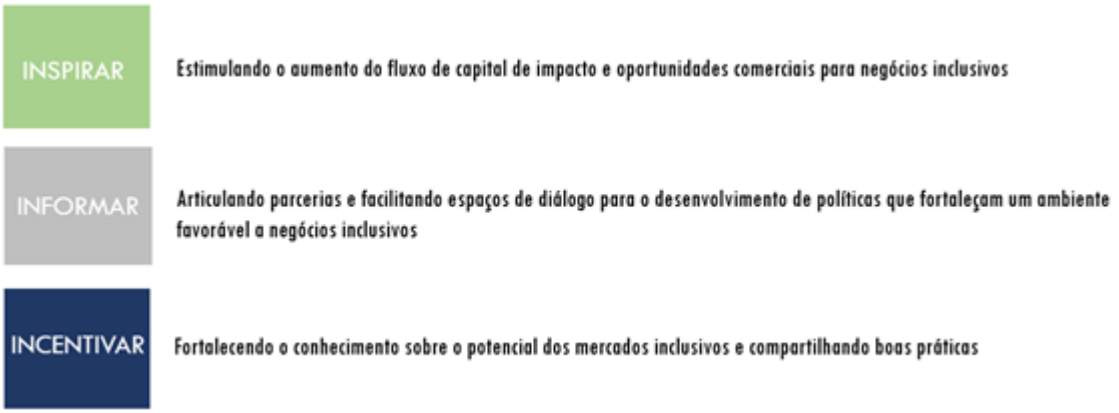
a) Têm um propósito de gerar impacto socioambiental positivo explícito na sua missão;
b) Conhecem, mensuram e avaliam o seu impacto periodicamente;
c) Têm uma lógica econômica que permite gerar receita própria;
d) Possuem uma governança que leva em consideração os interesses de investidores, clientes e a comunidade.

Por fim, percebe-se que, assim como o Brasil, a diversidade do campo de negócios de impacto no Brasil é enorme. Entretanto, toda essa diversidade é fruto de um esforço de diversos atores que têm colocado o Brasil em um local de destaque quando analisamos o campo globalmente. Além de participar de diversas discussões, como por exemplo, dentro do GSG aqui já mencionado, o Brasil tem encabeçado iniciativas importantes e que têm servido de modelo para outros países.

Dentre essas iniciativas, podemos destacar a Iniciativa Incluir. Lançada em 2015, a iniciativa configura um esforço do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para promover soluções empresariais que incluem as pessoas de menor renda no seu modelo de negócio e dos conceitos definidos para negócios inclusivos.

A Iniciativa Incluir, visa contribuir de três grandes formas - que coincidem com alguns dos desafios elencados pelo G20, da seguinte maneira:

Figura 6 - Atuação da Iniciativa Incluir



Fonte: Iniciativa Incluir, 2018.

Através da Iniciativa Incluir, o PNUD reconhece que o verdadeiro poder do setor privado vai muito além da Filantropia e da Responsabilidade Social; e que as empresas podem desenvolver soluções sustentáveis, inclusivas e economicamente viáveis a favor das comunidades onde atuam. A iniciativa também permite ao PNUD incrementar o conhecimento dos modelos de negócios e práticas brasileiras para acelerar a troca de conhecimento e a cooperação entre países em desenvolvimento – Cooperação Sul-Sul – com o objetivo de expandir a inovação a favor de impactos socioambientais positivos em outros países.

Por fim, entende-se que a Iniciativa Incluir, forma uma rede de diálogo e de troca de conhecimentos para que as empresas, associações empresariais e formuladores de políticas públicas conheçam experiências corporativas de sucesso e articulem sua prática para estimular e promover negócios inclusivos e sociais.

O Brasil destaca-se também, desde 2017, como exemplo para outros países no que diz respeito à adoção desta agenda dentro do governo. Isto aconteceu graças à Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto (ENIMPACTO).

A ENIMPACTO é uma articulação de órgãos e entidades da administração pública federal, do setor privado e da sociedade civil com o objetivo de promover um ambiente favorável ao desenvolvimento de investimentos e negócios de impacto (MDIC, 2018) que surge sob a liderança da Secretaria de Inovação e Novos Negócios do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (SIN/MDIC) e a Aliança pelos Investimentos e Negócios de Impacto, e em articulação com os setores competentes do governo, do setor privado, da comunidade científica e acadêmica e da sociedade civil.

A Estratégia representa um enorme avanço para o tema no Brasil, visto que, após consulta pública a diversos atores, a Estratégia Nacional foi oficializada através do Decreto nº 9.244, de 19 de dezembro de 2017. A institucionalização da iniciativa em forma de Lei trouxe não só respaldo para a atuação dos mais de 40 atores envolvidos na Estratégia, mas também para que o tema tivesse centralidade da agenda de governo.

A Estratégia, segue o exemplo de iniciativas globais e de outros países que também possuem esforços para inserir o tema em diversas instâncias de cooperação e por, isso atua em cinco grandes focos - que por sua vez, também esbarram em questões comuns a diversos países, sendo eles (ENIMPACTO, 2018):

a) Ampliar a oferta de capital para os negócios de impacto, por meio da mobilização de recursos públicos e privados destinados ao investimento e ao financiamento de suas atividades;
b) Aumentar a quantidade de negócios de impacto, por meio da disseminação da cultura de avaliação de impacto socioambiental e do apoio ao envolvimento desses empreendimentos com as demandas de contratações públicas e com as cadeias de valor de empresas privadas;
c) Fortalecer as organizações intermediárias que oferecem apoio ao desenvolvimento de negócios de impacto e capacitação aos empreendedores, que geram novos conhecimentos sobre o assunto ou que promovem o envolvimento dos negócios de impacto com os investidores, os doadores e as demais organizações detentoras de capital;
d) Promover um ambiente institucional e normativo favorável aos investimentos e aos negócios de impacto, por meio da proposição de atos normativos referentes ao assunto; e
e) Fortalecer a geração de dados que proporcionem mais visibilidade aos investimentos e aos negócios de impacto.

Ora, nota-se que, de fato, o Brasil não só tem uma demanda latente por novas soluções para os problemas complexos enfrentados, como também diversos atores já perceberam o potencial dos negócios de impacto nesse sentido e vêm atuando de diversas maneiras para a consolidação e fortalecimento da agenda.

Contudo, todo esforço realizado até aqui seria incompleto sem que algumas questões bastante particulares do ecossistema de negócios de impacto no Brasil fossem deixadas de lado. Nesse sentido, destaca-se aqui o estudo realizado pela Pipe Social[11] em 2017.

O chamado 1º Mapa de Negócios de Impacto Social e Ambiental, coletou informações disponibilizadas por mais de 500 empreendedores e desenhou um cenário dos negócios de impacto do Brasil, que hoje permite que sejam criadas novas oportunidades para o fortalecimento de negócios de impacto no Brasil. Destacam-se alguns dados (MAPA DE IMPACTO, PIPE SOCIAL, 2017):

a) Dos 579 negócios mapeados, 70% estão formalizados e destes, 40% tem menos de 3 anos de fundação;
b) Apenas 20% têm mulheres como fundadoras;
c) O número de negócios que não receberam subsídios financeiros é de 46%; e
d) No que diz respeito à mensuração do impacto, 31% ainda não definiram indicadores para tal.

Esse retrato sinaliza duas questões exponencialmente relevantes quando se trata do ecossistema brasileiro de negócios de impacto: a existência de um grande número de negócios, demonstrando o que essa forma de empreendedor, embora recente, tem ganhado cada vez mais adeptos, mas em contrapartida evidencia desafios, abrindo caminho para que diversas reflexões sejam feitas e igualmente diversos programas e políticas sejam criados, como já vem sendo defendidos pelas organizações nacionais e internacionais apresentadas ao longo deste trabalho.

Por fim, destina-se o encerramento desta seção para trazer à luz dois exemplos de negócios de impacto social brasileiros, a fim de ilustrar o que são na prática a temática principal deste trabalho.

---

[11] Uma plataforma para que startups sejam vistas e também se reconheçam dentro do universo de possibilidades que o ecossistema hoje oferece. (PIPE SOCIAL, 2018). Atuando desde o mapeamento de negócios de impacto até a validação de negócios e realização de chamadas para garimpar novos negócios.

a) O **Moradigna** é um negócio social que está buscando mudar a vida de milhões de brasileiros que moram em situação de insalubridade. O nosso trabalho já transformou a vida de centenas de pessoas e deu a elas uma melhor qualidade de vida. Pois, o que oferecemos não é apenas a opção de ter uma casa bonita, também oferecemos um ambiente saudável e longe de doenças que o mofo, a umidade e outros fatores podem causar. (MORADIGNA, 2018). Assim que o negócio em questão se apresenta. O Moradigna oferece serviços de reforma de baixa complexidade, que visa a redução de mofo e umidade de casas localizadas nas comunidades da base da pirâmide, em cinco dias. Em 3 anos, o negócio já realizou mais de 300 reformas e impacto mais de 1250 pessoas (MORADIGNA, 2018).

b) Por sua vez, **a Rede Asta** define-se como um negócio social que transforma artesãs em empreendedoras e resíduos em produtos bons, bonitos e do bem. O negócio transforma resíduos em produto de design (decorativos, brindes e acessórios) que são produzidos a mão por mais de 250 grupos produtivos, formado por artesãos, por todo o Brasil. (REDE ASTA, 2018). Ou seja, transforma o comércio em uma ferramenta poderosa de inclusão e empoderamento. Em 2017, a Rede Asta sinalizou um faturamento de mais de R$ 9.000.000,00 para o negócio, uma rede de mais de R$ 3.000.000,00 para os artesãos, apoiou mais de 1000 artesãos e transformou mais de 12 toneladas de resíduos (REDE ASTA, 2018).

Percebe-se, portanto, que dois, dentre os muitos negócios de impacto que existem no Brasil, são capazes de endereçar as mais diversas questões - algumas delas mencionadas neste trabalho, como por exemplo, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e todas as agendas que eles englobam, a criação de um mercado na base da pirâmide e o empoderamento da base da pirâmide, além de contribuir diretamente para que as pessoas impactadas por estes negócios possam sair da situação de pobreza.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente trabalho, teve como objetivo explorar a emergência do tema negócios de impacto na agenda internacional de desenvolvimento, identificar sua manifestação no Brasil e no mundo e caracterizá-los como ferramentas possíveis de endereçar o desenvolvimento internacional e a redução de desigualdades.

Analisando o caminho percorrido, percebe-se a construção de uma linha que possibilitou, antes de tudo, a discussão que serviu de base para que o tema principal - negócios de impacto, pudesse ser explorado e caracterizado.

Neste primeiro momento, o desenvolvimento suas definições, meios e fins para atingi-lo foi trazido à tona. A escolha pelos postulados de Amartya Sen deu-se principalmente pelo caráter multidimensional que o autor atribui à questão. Para Sen, desenvolvimento vai além de questões econômicas, propondo então novo entendimento acerca do tema onde questões ligadas à melhoria da qualidade de vida dos indivíduos passa a ter papel central.

Este entendimento, por sua vez, pauta-se na principal premissa defendida por Amartya Sen, a que desenvolvimento é liberdade, liberdade de escolhas, liberdade de decisões, liberdade de oportunidades, mas principalmente liberdade de acessos às oportunidades básicas. A partir deste momento, um olhar mais amplo emerge e questões de desenvolvimento passam a considerar outras questões e outros indivíduos.

Em seguida, foi abordada a construção de agenda que começa a perceber o desenvolvimento como objetivos comuns a diversos países ao redor do mundo, consolidando-se na Agenda 2030 e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e, como essas agendas vêm tornando-se cada vez mais transversal e demandando a atuação dos mais variados atores.

Ao falar-se de outros indivíduos, entram em cena uma parte da população que, na maioria das vezes, não consegue alcançar as liberdades básicas que fazem parte das premissas de Sen: a chamada base da pirâmide, um conceito que foi também explorado nas primeiras seções deste trabalho. Esta parcela da sociedade foi tratada neste trabalho à luz, principalmente, do que postulou C.K. Prahalad, levando em consideração principalmente a capacidade que Prahalad teve em seus trabalhos de, reconhecer a marginalização e privação que a base da pirâmide enfrenta, mas também de ressignificar esta parcela e identificá-la como uma enorme porção de consumidores e produtores, capazes de transformar a roda da economia e contribuir para o desenvolvimento.

Prahalad, por sua vez, refuta a ideia equivocada de que não há riqueza na base da pirâmide, mas sim um enorme mercado - que extrapola a casa dos milhões, com poder de compra latente à espera de grandes empresas e multinacionais passem a produzir e comercializar para este mercado, levando em consideração suas particularidades e necessidades reais.

Ora, nota-se neste então que ambos, Sen e Prahalad postulam sobre questões que estão conectadas entre si: desenvolvimento, pobreza e empoderamento de bolsões marginalizados na sociedade e propõe soluções também conectadas. Existe então um ciclo em que, a partir do momento em que são criadas soluções de mercado que atendam a base da pirâmide, surgem novas oportunidades e fontes de acesso, abrindo espaço para estes indivíduos possam ter suas liberdades expandidas e, consequentemente, haja desenvolvimento.

Além disso, tem-se durante o debate supracitado, principalmente a partir das ideias de Prahalad o destaque para empreendedores e multinacionais, como agentes importantes para criar estas soluções e envolver a base da pirâmide. Quando isso acontece, inicia-se uma discussão que propõe uma maneira menos ortodoxa de empreender - o negócios de impacto.

A discussão seguinte pauta-se, portanto, em construir um apanhado do que são estes negócios que buscam, a partir de uma lógica de mercado, solucionar problemas complexos das populações da base da pirâmide.

Este apanhado circula pelo cenário internacional e apresenta os diferentes entendimentos - abordagens européia, latino americana e asiática, que existem acerca de negócios de impacto ao redor mundo, os diferentes atores envolvidos na construção deste ecossistema, mas também evidenciando como o tema tem ganhado força em foros multilaterais, configurando-se como um tema de destaque nas questões de cooperação internacional.

Neste momento são também elencados desafios enfrentados e como Estados, em atuação conjunta entre si e com outros atores, por exemplo, ONGs, institutos e bancos, podem começar a agir para criar programas e políticas que suporte o ecossistema de negócios de impacto.

Em consonância com o que vinha sendo discutido até então, realiza-se um esforço de identificação mais aprofundada do ecossistema brasileiro. Viu-se neste momento, que na verdade negócios de impacto vêm configurando um movimento tão multifacetado como o Brasil.

Se levarmos em consideração a realidade da desigualdade no Brasil, passam a ser quase que uma necessidade de existência de negócios que tenham como principal propósito a redução destas desigualdades e que surjam empreendedores motivados a transformar esse propósito no guia de suas carreiras e em um trabalho diário.

No Brasil, despontam então, diversas iniciativas que buscam incentivar esse surgimento, levando em conta as mais diversas definições e modelos de negócio. Os "negócios de impacto", termo escolhido para ser utilizado neste trabalho são fruto do esforço da Aliança pelos Investimentos e Negócios de Impacto, de configurar uma nova forma de fazer negócio que esteja preocupada com quatro pilares importantes no ecossistema: a solução de problemas sociais e ambientais, o monitoramento e mensuração do impacto gerado, a lógica de mercado e com uma forma de governança que envolva a transparência e o envolvimento de todos os *stakeholders.*

Esta definição também considera diferentes formatos de negócios, o que expande as possibilidades e contribui para que mais negócios com o propósito último de causar uma transformação social surjam.

Além disso, um mergulho em programas e políticas já existentes no Brasil foi realizado a fim de, caracterizar na prática o que já vem sendo feito e como este ecossistema brasileiro tem se comportado, quais atores estão envolvidos e quais são os desafios enfrentados, além de apresentar brevemente alguns negócios de impacto brasileiros em atuação e como eles têm causado impacto positivo no país.

Ao final desta jornada, construiu-se um caminho que fosse focado em explorar a agenda de desenvolvimento, especialmente no âmbito internacional, não só para entendê-la, mas para que esta pudesse ser relacionada com aqueles indivíduos que realmente anseiam para que esta seja endereçada, mas caracterizar como negócios de impacto são uma ferramenta importante para atuar sob estas questões, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade de vida, expansão de liberdades, criação de mercado na base da pirâmide e redução de desigualdades.

Contudo, diversas questões que foram exploradas abrem espaço para que novas contribuições aconteçam. Para que novas pesquisas sobre o tema de negócios de impacto sejam realizadas, que procurem apoiar diversos desafios que ainda poderão vir a ser enfrentados.

Por exemplo, como solucionar a falta de financiamento que cria barreiras ao surgimento de negócios de impacto e a participação da base na pirâmide nesta lógica? Ou,

como solucionar a falta de um aparato jurídico e legal que seja favorável ao ecossistema? Como ampliar a participação de mulheres na criação de negócios de impacto, ou na própria base da pirâmide como empreendedores e não só beneficiários e/ou parte da cadeia de valor? Ou ainda, como identificar novas agendas que abracem esse tema que não só o desenvolvimento e que sejam capazes de caracterizar novos objetivos, para que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável não sejam os únicos e corram o risco de tornarem-se muletas para a existência de negócios que não busquem, necessariamente, a transformação social?

Por fim, deixa-se uma última provocação que se relaciona diretamente com um dos principais desafios apresentados neste trabalho, que é a capacitação não só da base da pirâmide para que esta possa acessar estes negócios e fazer parte de suas operações, mas dos empreendedores que estão por trás dos negócios sociais e demais atores que contribuem para o fomento do ecossistema - qual pode ser o papel da academia neste ecossistema? Arrisco a dizer que este papel vai desde a disseminação do conhecimento, até o apoio a geração de novos de negócios de impacto, mas espera-se que este trabalho possa ser frutífero para que esta discussão expanda-se e ganhe novas respostas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIANÇA PELOS INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS DE IMPACTO. *Carta de Princípios.* 2015. p. 04-10.

ALIANÇA PELOS INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS DE IMPACTO. *O que são negócios de impacto.* Disponível em: <https://aliancapeloimpacto.org.br/o-que-sao-financas-sociais/> Acesso em: 24 nov. 2018.

ALIANZA PARA LOS NEGOCIOS INCLUSIVOS. Creando valor en America Latina. 2010.

ARTEMISIA; ABF; MOVE SOCIAL. *Guia prático para avaliação de negócios de impacto social.* 2017. p. 09-21.

ARTEMISIA. *Negócios sociais: um modelo em evolução.* 2010.

BARKI, E; IZZO, D; TORRES, H. da Gama; AGUIAR, L. (orgs). N*egócios com Impacto Social no Brasil.* Editora Peirópolis. 2013, p. 01-64.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso futuro comum.* 2a ed. Tradução de Our common future. 1a ed. 1988. Rio de Janeiro : Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COMINI, Graziella. *Tendências de empreendedores na construção de negócios sociais e inclusivos.* Mapa de Soluções Inovadoras. São Paulo: Instituto Wall Mart, 2011.

COMINI, G.; BARKI, E.; AGUIAR,L. *A three-pronged approach to social business: a Brazilian multi-case analysis social businesses*. Revista de Administração da USP (Rausp), v. 47, n.3, julho-agosto-setembro, 2012.

HORBYLON ISAAC. Q, G. *A Relação entre negócios sociais e uma concepção multidimensional de pobreza: análise qualitativa do caso Grameen Bank Bangladesh.* Dissertação em Relações Internacionais - Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2016.

INICIATIVA INCLUIR. *A iniciativa incluir.* Disponível em: <http://www.iniciativaincluir.org.br/artigo/59/A-Iniciativa-Incluir> . Acesso em: 23 nov. 2018.

INSPER METRICS. *O que é investimento de impacto?*. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/pesquisa-e-conhecimento/centro-de-estudos-em-negocios/nucleo-medicao-investimentos-de-impacto/o-que-e-investimento-de-impacto/>. Acesso em: 17 nov. 2018.

LINDGREN ALVES, J. A. *Relações internacionais e temas sociais: a década das conferências.* Brasília: Funag/IBRI, 2001.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. *Enimpacto.* Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/inovacao/enimpacto>. Acesso em: 23 nov. 2018.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. *Texto-base da Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto* (ENIMPACTO). 2018.

MORADIGNA. *Quem somos.* Disponível em: <http://moradigna.com.br/#quemsomos> Acesso em: 23 nov. 2018.

MUHAMMAD, Yunus. *Creating a World Without Poverty: Social Business and the Future of Capitalism.* New York: Public Affairs, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, *Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável,* 2015.

OXFAM BRASIL. *A distância que nos une. Um retrato das desigualdades brasileiras.* Brief Comunicação. 2017.

PEDERSEN-ENGBERG, P.; DEGNBOL-MARTINUSSEN, J. *Aid: Understanding International Development Cooperation.* Zed Books, 2003, p. 23-38.

PIPE SOCIAL, *1º Mapa de Negócios de Impacto Social + Ambiental.* Disponível em: <https://pipe.social/mapa2017>. Acesso: 19 nov. 2018.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *O que são negócios inclusivos?* Disponível em: <http://www.iniciativaincluir.org.br/artigo/50/Negocios-inclusivos>. Acesso em: 18 nov. 2018.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD); WORLD BANK GROUP. *Negócios inclusivos. Relatório do G20 para a Cúpula de 2016.* 2016, p. 09-29.

PRAHALAD, C.K.; HART, L.S. *A riqueza na base da pirâmide.* Amana-Key Desenvolvimento & Educação. 2002.

PRAHALAD, C.K. *The fortune at the bottom of the pyramid - Eradicating poverty through profits.* Wharton School Publishing, 2015.

REDE ASTA. *Impacto*. Disponível em: <http://redeasta.com.br/>. Acesso em: 23 nov. 2018.

REDE ASTA. *O que fazemos.* Disponível em: <http://redeasta.com.br/>. Acesso em: 23 nov. 2018.

SACHS, J. *The age of Sustainable Development.* Columbia University Press. 2015

SEBRAE. *O que é uma organização não governamental.* 2018. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-que-e-uma-organizacao-nao-

governamental-ong,ba5f4e64c093d510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 24 nov. 2018.

SEN, Amartya. *Development as Freedom.* New York: Alfred A. Knopf, 1999.

SUBHAN, F.; KHATTAK, A. *What constitutes the bottom of the pyramid (BoP) market?*. The University of Auckland, New Zealand. 2017.

WORLD BANK GROUP. *Poverty and Shared Prosperity: Piecing together the poverty puzzle*. Washington, DC. 2018, p. 15-24.

YUNUS NEGÓCIOS SOCIAIS. *O que são negócios sociais.* Disponível em: <https://www.yunusnegociossociais.com/o-que-so-negcios-sociais>. Acesso em: 18 nov. 2018.